

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA



**COBERTURA JORNALÍSTICA DOS
MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS NO REINO
UNIDO APÓS O BREXIT**

Mafalda Gavina Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em Jornalismo

Trabalho realizado sob a orientação de:
Professora Doutora Júlia Leitão de Barros,
Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social

Lisboa, 24 outubro 2021

Declaração

Declaro que o presente trabalho é da minha autoria, sendo que uma das condições exigidas para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo é a originalidade do mesmo. Certifico ainda que todas as citações estão devidamente identificadas.

Tenho consciência que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 24 outubro 2021

A candidata,

Ma falda Vieira

Dedicatória

Ao meu avô

Agradecimentos

Agradeço a todas aquelas pessoas que durante este ano apareceram na minha vida e me acompanharam ao longo deste percurso. Cada um de vocês, mesmo sem se aperceberem, ajudou-me a concretizar este objetivo seja por um simples sorriso, uma palavra amiga ou mesmo por me fazerem sonhar de cada vez que me afastava deste mundo.

Um agradecimento especial à Professora Júlia Leitão de Barros por toda a sua disponibilidade, principalmente nestes últimos meses, e por toda a partilha do seu conhecimento que me possibilitaram a conclusão deste percurso.

À minha família que tantas vezes aceitou e respeitou a minha ausência, principalmente nos últimos meses. Por me terem inspirado e motivado a cada passo deste caminho, por acreditarem em mim e por me ouvirem de cada vez que a frustração aumentava.

Um grande obrigada à Raquel e à Catarina por todo o apoio que me deram ao longo deste ano, por me darem esperança quando a única coisa que queria fazer era cruzar os braços, por me acompanharem e aturarem principalmente nestes últimos meses que a tecnologia decidiu não colaborar comigo. Vocês deram-me a paciência e a força que precisava para conseguir enfrentar todos os obstáculos.

Um agradecimento às minhas amigas que me ajudaram em tudo o que precisei, que respeitaram a falta de tempo e a pouca paciência. Que me ajudaram a desenvolver não apenas neste projeto, mas também a nível pessoal.

Quero ainda agradecer às três pessoas que conheci num contexto profissional e que continuaram comigo mesmo quando os nossos caminhos nos separaram. À Inês, que tantas vezes me chateou a cabeça para terminar esta dissertação, à Mariana e à Natacha que me ouviram e não me deixaram ir abaixo.

Para finalizar, quero agradecer à Dra. Sara por todas as vezes que me ouviu, incentivou e me fez ver que, por mais que a motivação faltasse, desistir não era o meu caminho.

Resumo

O Brexit foi um dos maiores acontecimentos das últimas décadas em solo Europeu que veio alterar a forma como Portugal, um estado-membro da União Europeia, olha para um ex-estado-membro. No vasto mundo de problemáticas que poderiam vir a surgir no futuro do Reino Unido, após a saída da União Europeia, a complexidade histórica do conflito *The Troubles* (1969-1998), que ainda divide a população norte-irlandesa entre republicanos e unionistas, e a constante luta político-partidária a favor de uma Escócia independente, são pontos fulcrais do futuro do britânico. Assim sendo, os movimentos independentistas pós-Brexit na Escócia e na Irlanda do Norte, devido à sua complexidade e importância histórica, foram o ponto central do presente estudo.

A análise realizada, que se prolongou ao longo de quatro meses e dez dias, de 1 janeiro a 10 de maio de 2021, teve como objetivo perceber qual a importância dada, pelos jornais de referência portugueses, aos movimentos independentistas. Para obter uma resposta, foi realizada uma análise qualitativa aos conteúdos produzidos, ao longo do período temporal previamente referido, pela vertente online do *Público*, *Expresso* e *Diário de Notícias*.

Como resultado da análise, este estudo conclui que os jornais portugueses não deram o devido destaque a um assunto que implica uma Nação de Elite, como a Grã-Bretanha, no qual os valores-notícia como a continuidade, a relevância e a proximidade sustentariam uma cobertura mais aprofundada. Ao longo dos meses analisados, os jornais nacionais realizaram uma cobertura cautelosa e diminuta. Isto é, cautelosa por tenderem privilegiar os atores institucionais e cobrirem alguns factos com atraso temporal, e diminuta devido ao pequeno e pouco aprofundado número de artigos produzidos sobre o tema. A cobertura do tema dependeu, em grande medida, das peças jornalísticas produzidas pela agência lusa, suscitando apenas, por parte do *Expresso*, o envio de jornalistas, durante as manifestações violentas que ocorreram na Irlanda do Norte, entre a comunidade protestante e a comunidade católica, e a Edimburgo, durante a campanha eleitoral na Escócia. Não obstante, nenhum jornal se diferenciou substancialmente no tratamento dos movimentos independentistas, permitindo colocar ênfase na importância que os critérios contextuais e a cultura jornalística assumem no tratamento desta temática.

Palavras-Chave: Movimento independentista escocês; movimento independentista norte-irlandês; Brexit; jornalismo digital; jornais de referência.

Abstract

Brexit was one of the main events, in recent decades, on European soil that changed the way Portugal, a member state of the European Union, looked at a former member state. In the vast world of problems that could arise in the future of the United Kingdom after leaving the European Union, the historic complexity of The Troubles conflict (1969-1998), which still divides the Northern Irish population between republicans and unionists, and the constant party-political struggle for an independent Scotland, are the focal points of the British future. Therefore, the post-Brexit Independence movements in Scotland and Northern Ireland, due to their complexity and historical importance, are the focal point of this study.

The analysis carried out, which lasted for four months and ten days, from January 1st to May 10th 2021, aimed to understand the emphasis given, by the Portuguese reference newspapers, to the independence movements. To obtain an answer, a quantitative and qualitative analysis was carried out to the contents produced, throughout the previously mentioned time period, by the online sections of *Público*, *Expresso* and *Diário de Notícias*.

As a result of the analysis, this study concludes that the Portuguese newspapers did not give due prominence to an issue that involves an Elite Nation, such as Great Britain, in which news values such as continuity, relevance and proximity would sustain a more in-depth coverage. Throughout the analyzed months, the national newspapers carried out a cautious and diminutive coverage. That is, cautious because they tended to privilege institutional actors and covered some facts with a time delay, and diminutive because of the small number and little depth of articles produced on the theme. That coverage depended, to a large extent, on the journalistic pieces produced by the Lusa agency, with *Expresso* being the only newspaper sending journalists during the violent demonstrations that took place in Northern Ireland between the Protestant and Catholic communities and to Edinburgh during the Scottish election campaign. Nevertheless, no newspaper differed substantially in its treatment of the independence movements, allowing me to emphasize the importance of contextual criteria and journalistic culture in the treatment of this theme.

Keywords: Scottish Independence movement; Northern Irish Independence movement; Brexit; digital journalism; reference journalism.

Índice

Declaração	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	vi
Introdução.....	1
Capítulo I.....	4
1.1 Valor-Notícia	4
1.2 Framing.....	13
Capítulo II.....	18
2.1. O Reino Unido	19
2.1.1 A questão irlandesa	19
2.1.2. A questão escocesa.....	23
2.1.3. O Brexit: repercussões na política interna no Reino Unido	27
2.2 Portugal e o Reino Unido.....	32
Capítulo III	35
3.1 Objeto de Estudo.....	35
3.2 Metodologia	36
3.3 Corpus de Análise	39
3.3. Distribuição Qualitativa das Peças Jornalísticas.....	43
3.3.1 - Análise geral dos dados	43
3.3.2 - Produção Jornalística	46
3.3.3. Cobertura Realizada	52
3.3.4. Tendência	56
3.3.5. Considerações Finais.....	63
Conclusão	67
Bibliografia.....	69
Anexos.....	74

Introdução

O referendo que confirmou a saída do Reino Unido da União Europeia mudou o paradigma da forma como se olhava para os países integrantes da unidade comunitária europeia e para o futuro do Reino Unido. Esta saída, e todas as suas implicações, prolongaram-se ao longo de cinco anos e foram alvo de uma cobertura mediática por todos os países da Europa. As negociações, os avanços e recuos, as duas eleições realizadas em território britânico, ao longo destes anos, bem como o protocolo de arranjos alfandegários pós-Brexit para a Irlanda do Norte, foram apenas alguns dos assuntos que estiveram presentes nas redações dos órgãos de comunicação social europeus.

Ao longo dos anos, as questões relacionadas com o Brexit suscitaram algum interesse no meio académico, principalmente a nível político, social e de relações internacionais. No campo dos estudos jornalísticos portugueses, porém, existe um grande vazio a nível da análise da cobertura jornalística sobre o Brexit. O primeiro estudo que trata esta temática é de 2018, organizado pelo Instituto Reuters que analisou oito países pertencentes à União Europeia: *Interested but not Engaged: How Europe's Media Cover Brexit*. Porém, o caso português não é abordado. Foi esse vazio académico e a aproximação da data final do período de transição de saída do Reino Unido da União Europeia que impulsionou o presente estudo. Porém o meu interesse recaiu nas implicações internas do Brexit, isto é, no impacto dos movimentos independentistas, com presença permanente na história do Reino Unido. Logo de imediato ao resultado do referendo que consagrou a saída da União Europeia esta temática regressou à atualidade política britânica: em primeiro lugar, reavivou-se o conflito de várias décadas que atravessou a sociedade norte-irlandesa, os *The Troubles*; em segundo lugar, levantaram-se vozes na Escócia contra a ideia de saída da União Europeia, mais especificamente através do SNP – Scottish National Party (Mauricio, 2018). Assim, tendo em consideração o vazio ainda mais profundo nas várias áreas académicas sobre a temática dos movimentos independentistas, principalmente no que é referente à Irlanda do Norte, o foco deste estudo deteve-se na cobertura destas questões. Procurei aqui responder à seguinte questão: como foi feita a cobertura jornalística das questões independentistas na Irlanda do Norte e na Escócia pela imprensa portuguesa no período pós-Brexit? Espero contribuir para uma melhor compreensão do jornalismo internacional praticado pelos

órgãos de comunicação social portugueses, cuja cobertura é dificultada pelas especificidades de cada Nação.

Para cumprir o objetivo a que me proponho nesta dissertação, a análise vai recair sobre três jornais de referência portugueses, mais especificamente na sua vertente digital. Segundo Mário Mesquita, os jornais de referência visam preferencialmente, a «opinião pública» dirigente, isto é, aquela que está associada à tomada de decisões a nível político, económico e cultural, enquanto os jornais populares têm por alvo “a opinião pública generalizada” (Mesquita, 1994). Isto significa que os mesmos valorizam a política, a economia e os assuntos internacionais. De acordo com Zamin (2014:931), os jornais de referência gozam de credibilidade no campo jornalístico. Assim, embora sejam jornais dirigidos a segmentos sociais com maior poder aquisitivo, com uma formação mais elevada e uma maior proximidade aos círculos de poder político, económico e social, estes tendem também a servir de referência a outros media. Assim, na era digital vivida atualmente, onde a informação se alargou a múltiplas plataformas que não se encontram sobre a alçada do jornalista, os jornais de referência não perderam o papel importante que têm na definição de quais os assuntos suscetíveis de discussão e deliberação na sociedade em que estão inseridos. Tendo em conta este papel de *gate-keeper* sobre o que é importante e não é, considereei importante perceber como é que os jornais portugueses de referência andam a cobrir os assuntos internacionais, tendo como objeto os movimentos independentistas no Reino Unido.

Para proceder à análise foram escolhidas metodologias de investigação qualitativas centradas na pesquisa e recolha de dados. Num primeiro momento, a análise do conteúdo foi realizada utilizando uma grelha de registo para proporcionar uma descrição objetiva e quantitativa do conteúdo publicado nos jornais. Num segundo momento, com o objetivo de encontrar respostas mais específicas e interpretativas no conteúdo implícito, foi utilizada uma metodologia qualitativa.

Com o intuito de cumprir os objetivos, a presente dissertação foi organizada em três capítulos: no primeiro capítulo, apresento o quadro teórico que me permitirá fazer a análise do meu estudo de caso. Nesse sentido, valorizei duas abordagens dos estudos jornalísticos: neste enquadramento teórico procurei salientar a reflexão já realizada em torno dos valores presentes na seleção das notícias pelas redações dos jornais, o que me permitirá duas ordens de reflexão, por um lado sustentar a pertinência do meu objeto de

estudo, por outro aferir da qualidade da cobertura dos jornais da minha amostragem, dando conta da presença de contraditórios valores-notícia. Por outro lado, a teoria de framing complementar a esta minha abordagem do jornalismo praticado pelos jornais portugueses avaliando o destaque, tendência e profundidade dada à cobertura dos movimentos independentistas.

No segundo capítulo, procurei sustentar a oportunidade do meu estudo, através de uma contextualização histórica que destaca a permanência e importância, na política interna britânica, desta temática. Por essa via darei conta da complexidade e diferenças existentes entre os dois movimentos independentistas aqui abordados: o da Escócia e o da Irlanda do Norte. Por outro lado, neste capítulo abordo, também, a relação de proximidade histórica, política e económica, de Portugal à Grã-Bretanha. Desta forma sustento o meu capítulo 3, isto é, o meu estudo de caso: abordando a Grã-Bretanha como uma Nação-Elite, cujo relacionamento com Portugal permite destacar o valor-notícia de proximidade, a que acrescem os valores de continuidade e relevância decorrentes do revigorar dos movimentos independentistas no pós-Brexit.

No terceiro e último capítulo foram apresentados os jornais *Público*, *Expresso* e *Diário de Notícias* que me propus estudar na sua vertente online, tal como o período temporal que se estendeu desde 1 janeiro até 10 de maio de 2021.

Para responder à pergunta de partida formulada procurei identificar os objetivos que me permitiriam encontrar uma argumentação completa e explicativa de resposta: 1) perceber qual o número de peças jornalísticas na totalidade e por mês sobre os movimentos independentistas; 2) identificar o jornal com uma maior produção de conteúdo sobre a temática; 3) caracterizar o total das peças jornalísticas consoante o seu género; 4) perceber se existe uma maior dependência ou não das agências de notícias; 5) distinguir qual é o assunto mais abordado e os seus protagonistas; 6) detetar se existe algum tipo de tendência nos artigos que são produzidos através da utilização de algum tipo de imagem e/ou expressão tendenciosa; e, por último, 7) perceber se os assuntos estão a ser devidamente destacados e se a sua cobertura está a ser bem feita. Desta forma, espero contribuir para compreender qual o grau de investimento do jornalismo de referência português nesta temática internacional, aferindo do rigor e profundidade colocado na sua cobertura.

Capítulo I

A Produção de Notícia

Tendo em conta a divisão teórica da presente dissertação, esta primeira parte assenta nas questões relacionadas com o que é uma notícia e como a mesma é escolhida dentro de um variado leque de acontecimentos.

Neste primeiro momento, é importante realçar o papel do jornalismo em manter os cidadãos informados tanto sobre o que está a acontecer no mundo como também em seu redor. Porém, nem sempre os jornais funcionaram com este objetivo. No momento inicial que surgiram os primeiros jornais, no espaço geográfico europeu do século XVII, estes iniciaram o seu trabalho para fazer propaganda política. Apenas mais tarde, com o surgir da revolução industrial e a politização das sociedades, isto é, com o surgimento da democratização, é que começou a surgir o mercado da informação. Isto significa que apenas nessa altura é que as informações sobre o que se passava nas sociedades começaram a ter valor monetário. Tendo em conta o surgimento do mercado informativo, torna-se então importante perceber como os profissionais fazem a triagem sobre o que é importante ou não o é e, posteriormente, fazem a hierarquização das notícias.

No mesmo sentido, este aspeto torna-se ainda mais importante quando tendo em consideração a sociedade digital e tecnológica em que atualmente vivemos. Através das redes sociais é possível receber informações em tendo real sobre o que está a acontecer noutra parte do mundo. Então, num mundo onde a todos os momentos estão a chegar novas informações sobre o que se passa nos vários continentes, como é feita a escolha do que segue e não segue para os canais jornalísticos?

1.1 Valor-Notícia

Na presente dissertação interessa-me salientar, em particular, a forma como os meios de comunicação selecionam as notícias no vasto campo de acontecimentos globais. A teoria do valor-notícia é, desta forma, um ponto crucial a ser focado para a realização deste estudo.

Sousa (2002:3) define o conceito de notícia como “um artefacto linguístico que representa determinados aspetos da realidade”. Isto significa que a mesma é resultante de um conjunto de fatores e contextos que interagem entre si, neles incluem-se fatores sociais, ideológicos, históricos, pessoais, sociais e, inclusive, do meio físico e tecnológico. No mesmo sentido, Wolf considera que uma notícia é tudo o que “é suscetível de ser «trabalhado» pelo órgão informativo sem demasiadas alterações e subversões do ciclo produtivo normal” (Wolf, 1987: 83).

Tendo em conta a definição de notícia anteriormente referida, surge a questão relacionada com a forma como é feita a escolha da notícia. De acordo com Traquina (2002), os vários estudos que foram realizados sobre o jornalismo depararam-se com a dificuldade que os jornalistas têm em identificar que regras ou critérios seguem para dar destaque a uma notícia em detrimento de outra. Em citação de Tuchman, o autor refere que os jornalistas consideram ter uma capacidade que lhes permite fazer essa escolha "devido à forma como a cultura profissional privilegia um saber instintivo e não reflexivo" (Traquina, 2002:172). Embora sem existir uma regra geral para a escolha de uma notícia em detrimento de outra, os estudos realizados apontam para a existência de "um «padrão» geral bastante estável e previsível" (Traquina, 2002:172). Segundo o mesmo autor, esse padrão é explicado devido à existência de determinados critérios que uma notícia deve ter para se sobrepôr às restantes, isto é, existem critérios de noticiabilidade que são seguidos. Assim, para um acontecimento ser noticiável é necessário que detenha algum tipo de valor. É, então, derivado destes critérios de noticiabilidade que surgem os valores-notícia.

Numa sociedade globalizada em que ocorrem diariamente milhares de eventos e onde é impossível fazer a cobertura de todos eles, é o próprio jornalista que traz o valor ao acontecimento. No seguimento deste pensamento Golding e Elliot questionaram “Que imagem do mundo fornecem os noticiários televisivos? Como se associa essa imagem às exigências quotidianas da produção de notícias nos organismos radio-televisivos?” (1979:1).

As questões previamente expostas têm sido alvo de estudo, em particular, desde a década de sessenta. Destaque-se o estudo de Galtung e Ruge que procurou responder à seguinte questão: Como é que os acontecimentos se transformam em notícia? (Traquina, 2002). Em resposta, foram identificados, pela primeira vez, doze fatores que influenciam

a produção de notícias. De acordo com Galtung e Ruge, estes fatores são os seguintes valores-notícia: frequência, amplitude do evento, clareza, significância, consonância, inesperado, continuidade, composição, referência a Nações de elite, referência a pessoas de elite, personalização e negatividade. Segundo os autores e em citação de Traquina (2002), a frequência diz respeito ao tempo decorrido de um evento, isto é, se for um evento que se desenrole ao longo do tempo apenas será noticiado quando tiver atingido algum ponto importante. Relativamente à amplitude do evento, é referido que quanto maior o acontecimento for e mais fatores nele estejam implicados, maior a probabilidade deste se tornar notícia. Em terceiro lugar, quanto mais compreensível for um acontecimento maior peso terá. O valor-notícia da significância é defendido por Galtung e Ruge como tendo dois significados diferentes: por um lado, é dado valor ao acontecimento de acordo com o impacto que este poderá ter sobre a audiência e, por outro lado, o valor pode ser transmitido devido à proximidade cultural e/ou geográfica entre a audiência e o acontecimento.

A consonância, identificada pelos dois autores, é interpretada como um novo acontecimento que se encaixa numa ideia velha, isto é, “o que tem valor-notícia não é o novo, mas o que cabe num enquadramento familiar” (Traquina, 2002:183). Por outras palavras e utilizando um exemplo, o Angola Leaks é um novo acontecimento que transmite a sensação de familiaridade devido à palavra Leaks, também esta presente no escândalo Futebol Leaks.

A ideia do inesperado traduz-se num acontecimento que não era previsível de acontecer numa determinada sociedade, um exemplo desta ideia pode estar presente no referendo do Brexit. Relativamente à continuidade, este critério define que após um determinado acontecimento surgir nas notícias existe uma maior probabilidade de continuar nas notícias. Um fator determinante para a inclusão de um evento como notícia está na constituição do noticiário em si, isto é, está dependente da importância das outras notícias que acompanham o novo evento. Incluindo as referências a Nações de elite e a pessoas de elite num único ponto, pode ser entendido que um acontecimento que envolva uma nação com maior preponderância económica ou política na arena internacional ou alguém com grande exposição pública tem uma maior probabilidade de se transformar em notícia. Relativamente ao valor da personalização este significa que existe "uma tendência para apresentar os acontecimentos como frases em que existe um sujeito, uma

determinada pessoa ou coletividade composta por algumas pessoas, e o acontecimento é então visto como uma consequência das ações destas pessoas" (Traquina, 2002: 181). Por fim, o valor relativo à negatividade significa que um evento negativo é mais provável de ser noticiado e, de acordo com Galtung e Ruge isso deve-se a quatro fatores: as notícias negativas chamam mais a atenção; geralmente são mais curtas; são mais fáceis de compreender e expor; são mais fáceis de gerar um acordo. Em conclusão, os autores notam que para um acontecimento se tornar notícia é necessário ter, pelo menos, um destes valores.

Seguidamente ao estudo de Galtung e Ruge, em 1987, três autores organizaram uma segunda lista de sete valores-notícia. De acordo com Ericson, Baranek e Chan, os valores-notícia não são regras, mas sim um conjunto de referências que auxiliam o jornalista no processo de trabalho. Na visão destes autores, a simplificação é um valor-notícia que significa que um evento além de ser fácil de entender também precisa de ser imediatamente reconhecido como digno de nota. Como segundo ponto, os autores consideram a dramatização, isto significa que um evento para ser noticiado precisa de ser visualizado como importante. Colocando vários valores-notícia apontados por Galtung e Ruge no mesmo ponto, os autores consideram a personalização como um fator decisivo uma vez que as notícias são criadas com base em personalidades e/ou organizações importantes. Semelhante aos primeiros autores que estudaram os valores-notícia, Ericson, Baranek e Chan consideram a continuidade como um aspeto importante no que é notícia. Isto significa que, um acontecimento para surgir como notícia precisa de ter bases já previamente estabelecidas, ou seja, é necessário existir um evento prévio que justifique a presença da notícia. Ligado ao valor-notícia atrás referido, a consonância surge como uma notícia que "cabe num enquadramento familiar" (Traquina, 2002:183). Por outras palavras, a consonância surge como uma previsão sobre o que vai acontecer num evento como por exemplo o que ocorre na convocação de uma manifestação. Por outro lado, os autores referem ainda o oposto como um valor-notícia, isto é, o inesperado. Da mesma forma que a continuação de um evento tem uma maior probabilidade de surgir como notícia também o inesperado, seja bom ou mau, é notícia devido ao fator surpresa. Em último lugar, os autores referem a infração como valor-notícia, ou seja, para os mesmos, os jornalistas detêm o papel na sociedade de policiar as várias instituições privadas e/ou ligadas ao governo e, nesse sentido, o dever de passar essa informação à comunidade.

No essencial, Wolf propôs uma interpretação dos mesmos valores-notícia que se baseia na sua divisão em duas categorias. Esta divisão surgiu em 1987 com a consideração do autor de que "os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística" (Traquina, 2002:186). No entanto, na visão inicial de Wolf a divisão entre os valores-notícia era feita entre os valores-notícia que estão presentes na cultura profissional dos jornalistas e pelos valores-notícia presentes na organização do trabalho e dos processos produtivos. Na visão de Traquina (2002), esta divisão pode ser feita em duas categorias mais simplistas e fáceis de compreender: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção.

No primeiro valor-notícia, que é referente à seleção da informação, estão presentes duas categorias que depois se dividem em várias subcategorias. Os critérios contextuais são uma dessas categorias onde estão presentes valores-notícia referentes à cultura profissional dos jornalistas, ou seja, as obrigações que um jornalista deve cumprir sob a alçada de um órgão de comunicação social. Quanto à segunda categoria, os critérios substantivos, estes são referentes às características do evento em si em que o jornalista com os seus «óculos particulares» faz a "avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia" (Traquina, 2002:186).

Dentro da primeira categoria, os critérios contextuais, os valores-notícia identificados são cinco. A disponibilidade é o primeiro e está relacionado com o «como fazer a cobertura de um acontecimento ou evento», isto é, quais são os meios que a empresa jornalística precisa de despende. Este primeiro fator está muito dependente dos valores monetários que a empresa gasta a enviar, por exemplo, um jornalista para o estrangeiro fazer a cobertura de um conflito armado. Reconhecendo os problemas de financiamento que os órgãos de comunicação social portugueses enfrentam é possível presumir que existem muitos acontecimentos cuja cobertura é feita apenas por agências noticiosas uma vez que não é financeiramente viável enviar um jornalista. Em segundo lugar, Traquina (2002) refere o equilíbrio, isto é, o número de vezes que um acontecimento já fez notícia na empresa jornalística. O autor esclarece: "«Não tem valor-notícia porque ainda há pouco a demos.»" (Traquina, 2002:196). A visualidade é um terceiro valor-notícia apontado no sentido em que há uma necessidade de registo fotográfico ou filmográfico para dar uma imagem ao que é escrito ou dito. Este último valor-notícia é ainda mais importante quando é referente a uma empresa de jornalismo

televisivo uma vez que a imagem é um ponto crucial. Traquina (2002) aponta ainda a questão da concorrência como importante, uma vez que num mundo competitivo em que a notícia é o produto a vender existe uma maior competição entre empresas para não perder audiência. Ao mesmo tempo que essa concorrência é saudável para as empresas procurarem notícias exclusivas, também tem o efeito contrário, ou seja, o dominó. Isto significa que os órgãos de comunicação social procuram copiar-se mutuamente de forma a não ficar para trás, isto transforma os produtos que oferecem muito semelhantes. Por último, o valor-notícia apontado é o dia noticioso, isto é, os próprios acontecimentos estão em concorrência uns com os outros o que significa que existem dias em que uma notícia pode não ter a importância necessária para chegar a um jornal ou telejornal. Por outras palavras, "há dias ricos e pobres em acontecimentos com valor-notícia" (Traquina, 2002:198) o que implica que num dia em que acontece um desastre aéreo com várias fatalidades a conferência de imprensa do primeiro-ministro não é tão importante.

Relativamente à segunda categoria, os critérios substantivos, estes estão relacionados com o acontecimento em si, ou seja, é um conjunto de onze valores-notícia que se podem associar entre si para dar uma maior relevância a um evento. Estes são os já referidos «óculos» do jornalista que lhe permitem dar um significado hierárquico aos acontecimentos de um dia.

Para Traquina, a morte é o primeiro valor-notícia a apontar uma vez que está presente numa grande parte das notícias seja por um acidente rodoviário ou por um atentado. A notoriedade está relacionada com os valores-notícia apresentados por Galtung e Ruge como nações de elite e pessoas de elite. Isto significa que esta categoria é referente ao principal agente presente no acontecimento e, quanto mais conhecida for essa pessoa, maior valor o evento tem. Para exemplificar, Boris Johnson foi hospitalizado quando teve covid-19 e, tal como ele, centenas de pessoas morreram com a mesma doença, porém nenhuma dessas tinha a notoriedade de Johnson para surgir nas notícias.

No que respeita à proximidade refira-se a Lei McLurg que relaciona o número de mortes à distância geográfica e cultural. Isto é, quanto mais próximo um acontecimento for do país onde vai ser noticiado maior o seu valor. Exemplificando, em Portugal existe um maior valor numa notícia relacionada com cheias em Espanha que mataram seis pessoas do que o mesmo acontecimento que causa trinta fatalidades no Sri Lanka. Esta relação entre o número de mortes e o seu valor é explicada na Lei McLurg que identifica

a distância cultural e geográfica como um fator que torna menos relevante um acontecimento com maior número de mortes num país distante. Traquina (2002) refere ainda a relevância como um valor-notícia e explica que a importância deste está na percepção das notícias poderem afetar a sociedade, região ou mesmo o país. Seguidamente, o valor-notícia reconhecido é a novidade, isto é, num assunto que já passou nas notícias este deve surgir com um novo detalhe para voltar a ser referido.

Outro fator de relevância, é o valor-notícia de tempo que, de acordo com Traquina (2002), tem três significados. Em primeiro lugar significa que a presença de um determinado assunto nos noticiários pode servir de «cabide» para outro relacionado. Por outras palavras e explicando a importância desta categoria no presente trabalho, é possível pensar no Brexit como um assunto central nas notícias durante os últimos meses do ano de 2020 e os primeiros de 2021. Assim, entre os assuntos que lhe são relacionados estão as questões de economia, de sociedade, finanças, entre outras. Quanto ao segundo significado, este é referente à "noticiabilidade de um acontecimento que já teve lugar no passado, mas nesse mesmo dia" (Traquina, 2002), ou seja, o aniversário de determinado acontecimento leva a que o mesmo volte a ganhar noticiabilidade. Por exemplo, os acontecimentos do 11 de setembro e o ruir da ponte Entre-os-Rios voltam a surgir nas notícias na data em que ocorreram. Para finalizar, o tempo que um assunto permanece nos assuntos do dia é devido à importância de um acontecimento. Em Portugal a saída do Reino Unido da União Europeia foi um assunto que colocou esta Nação como um foco durante um longo período de tempo.

A notabilidade é também um valor-notícia e significa que por mais que exista um conjunto de fatores que já estão a acontecer há algum tempo, apenas quando algo mais importante e que mais facilmente pode ser compreendido acontece é que o assunto se transforma numa notícia. Colocando noutros termos, o descontentamento da população do Reino Unido face à União Europeia era conhecido há bastante tempo principalmente no que se referia à política migratória. Porém, quando o voto a favor da saída ganhou no referendo é que o assunto assumiu uma maior notabilidade. Esta notoriedade derivou do assunto se tornar concreto para a maioria da população em vez de um tema abstrato e longe. Neste sentido, dentro desta categoria podemos englobar cinco subcategorias que podem trazer notabilidade a um assunto: o insólito, a falha, o excesso e/ou escassez, a quantidade e a inversão. Relativamente ao primeiro, o insólito, são o tipo de notícias que

surpreendem, isto é, é um acontecimento que ninguém está à espera. No tópico falha estão inscritas as questões relativas a erros como os acidentes rodoviários, ferroviários ou nucleares. No ponto referente ao excesso ou à escassez podem ser inseridos os acontecimentos que são improváveis de acontecer num determinado período de tempo ou padrão, por exemplo, cheias durante o Verão ou temperaturas de trinta graus durante o inverno, tal como referido por Traquina (2002). Em quarto lugar, a quantidade refere-se ao número de pessoas que estão envolvidas em determinado evento ou acontecimento, isto é, uma notícia tem um maior valor quanto maior o número de envolvidos; um acidente rodoviário com três mortes tem menos valor que um acidente com seis mil. Por fim, a inversão é um acontecimento que Traquina ilustra como: «o homem que morde o cão, e não o cão que morde o homem» (Traquina, 2002:191)

O inesperado é também um valor-notícia identificado. Fazem parte desta categoria todas as notícias capazes de surpreender não apenas o público como os jornalistas, são as histórias que ninguém imagina que fossem acontecer. Recorrendo a um exemplo também derivado do Brexit, um acontecimento inesperado foi a vitória do sim à saída do Reino Unido da União Europeia. Esta ocorrência pode ser incluída neste valor-notícia porque foi inesperada quando as sondagens davam uma vitória ao «remain»¹.

Seguidamente é referido o conflito através da violência física ou apenas simbólica que está ligado a um segundo valor-notícia: a infração. Estes são valores-notícia uma vez que um acontecimento que implique violência física ou verbal é uma quebra do que é regularizado com "normal", isto é, na sociedade a violência é considerada uma rutura na ordem social. Injuriar ou violentar alguém é violar um conjunto de regras que define uma determinada sociedade, ou seja, é cometido um crime/infração. Porém, nem todos os crimes podem surgir nas notícias. Assim, dentro deste valor-notícia são aplicadas outras sub-categorias de valor como o número de pessoas envolvidas, o número de mortes e o tipo de crime.

O escândalo é outro valor-notícia que pode envolver várias áreas da vida em sociedade. Geralmente este tipo de acontecimentos está relacionado com o papel do jornalista como guardião da sociedade e da democracia. Entre os vários escândalos recentes publicados pelos órgãos de comunicação social destaca-se o Luanda Leaks e o

¹ Fonte: <https://www.noticiasominuto.com/mundo/610912/primeira-sondagem-da-vitoria-a-permanencia-do-reino-unido-na-ue> . Notícia de 23 junho 2016 no *Notícias ao Minuto* [consultado a 31 agosto 2021]

Futebol Leaks que tiveram a cooperação dos jornalistas para compilar um conjunto de documentos e expô-los ao público.

Após a descrição dos valores-notícia referentes à seleção da notícia, tendo em conta a presença dos mesmos ao longo da produção de notícia, para Wolf, como referi, segue-se a construção da notícia e os valores associados a esta etapa. De acordo com Traquina (2002), esta segunda parte envolve "os elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia" (Traquina, 2002:198). Dentro desta categoria são seis os valores-notícia identificados e, todos estes ou, pelo menos, grande parte deles foram previamente identificados, embora sem esta classificação, por Galtung e Ruge e/ou Ericson, Baranek e Chan.

Em primeiro lugar, a personalização foi um dos valores-notícia identificados pelos autores previamente referidos. Para estes, a personalização é referente às pessoas que participam no acontecimento e, neste sentido, Traquina (2002) refere que é necessário a valorização dos intervenientes para criar uma ligação, sendo ela boa ou má, com a audiência.

Quanto à amplificação, este valor foi apenas referido na lista de Galtung e Ruge que defende este valor como a construção de uma notícia tendo por base uma escrita impactante e que chame a atenção para que esta seja notada. Exemplo desta ampliação podem ser encontradas nas várias capas de jornais e revistas no dia de saída do Reino Unido da União Europeia: *Britain Leaves the European Union Not With a Bang, But a Whimper*², *The Irish Times*, 31 dezembro 2020; *Dear Europe, We Didn't Vote for This. Remember to leave a light on for Scotland*³, *The National*, 31 dezembro 2020.

A simplificação foi um valor apontado por Ericson, Baranek e Chan que define que quando mais simples for um acontecimento, maior a probabilidade de a notícia ser notada, entendida e transmitida. Isto significa que "uma notícia facilmente compreensível é preferível a uma outra cheia de ambiguidades" (Traquina, 2002:198).

² "A Bretanha deixa a União Europeia não com um estrondo, mas com um murmuro" fonte: [Not a bang, but a whimper: How Europe's newspapers are reporting Brexit day | The Independent | The Independent](#) . Notícia de 31 janeiro 2020 do *The Independent* [consultado a 7 janeiro 2021]

³ "Querida Europa, nós não votamos para isto. Lembrem-se de deixar uma luz ligada para a Escócia" fonte: [We will miss you: How have Europe's front pages responded to Brexit day? | Euronews](#) . Notícia de 31 janeiro 2020 da *Euronews* [consultado a 10 setembro 2021]

Um quarto valor-notícia referido por Traquina (2002), é a relevância. De acordo com o autor, este fator significa que na construção da notícia é o jornalista que tem de transmitir a mensagem de forma a informar a audiência sobre o acontecimento e de que forma o mesmo pode afetar as suas vidas.

A utilização de expressões mais dramáticas ou o maior destaque de determinados pontos do acontecimento é caracterizado pelo valor-notícia de dramatização. Esta categoria é conhecida desde a lista elaborada por Ericson, Baranek e Chan e consiste numa maior atenção a determinados aspetos mais dramáticos, emocionais e/ou conflituosos de um evento.

Por último, a consonância é um valor-notícia apontado na lista de Galtung e Ruge e novamente reforçado por Traquina (2002). Por consonância é entendida a transmissão de uma mensagem ou ideia através de uma interpretação já utilizada.

Expostas as categorias e, tendo em conta alguns dos exemplos fornecidos ao longo do texto, é possível compreender a importância que a teoria de valores-notícia tem para encontrar respostas sobre a cobertura dos movimentos independentistas pelos jornais de referência portugueses.

1.2 Framing

Um segundo ponto de relevância para esta dissertação prende-se na seguinte questão: será que estamos perante um tema que está a ser, não só tratado, mas "bem tratado"? Assim, torna-se imperativo analisar a forma como a notícia é apresentada e enquadrada para a audiência. Para proceder a esta análise irei utilizar a teoria de framing uma vez que esta é útil no sentido de perceber qual o contexto a que se recorre para apresentar a notícia. O enquadramento, «framing», é considerado uma das ramificações do agenda-setting e foi o estudo desta mesma teoria que estimulou os debates acerca do assunto (Iengar & Kinder, 1987 citado por Scheufele, 1999). Mesmo num contexto mais recente de 1997, autores como McCombs, Shaw e Weaver consideraram que a teoria de framing está ligada ao agenda-setting. Para os autores, o framing é utilizado para “descrever o impacto da saliência de características da cobertura mediática na

interpretação que a audiência faz dessas histórias” (Scheufele, 1999:103). Esta ideia de ligação entre as duas teorias é afastada por Scheufele (1999) que, no seu artigo *Framing as a Theory of Media Effects*, procura mostrar que o estudo do framing deve ser feito numa perspetiva singular, isto é, precisa de ser diferenciado das outras teorias académicas.

Neste sentido, tendo em conta esta diferenciação apontada por Scheufele, torna-se necessário definir em que consiste o framing. Framing e frame traduzem-se, em português, nos seguintes termos: emoldurar, enquadrar e moldura. Isto, num contexto jornalístico, significa que colocar uma moldura num evento é dar-lhe um contexto e/ou explicação que torne determinados aspetos de uma realidade mais saliente (Entman, 1993). Em citação do autor Tuchman (1978), Scheufele descreve as molduras criadas pelos media como uma forma de dar a conhecer ao público uma informação. Esta é uma visão partilhada também pelos autores Coleman, McCombs, Shaw e Weaver (2009:150) que consideram o enquadramento como a forma como determinados eventos são explicados pelos media às suas audiências. Neste sentido, Oliveira e Carvalho consideram que “o framing pode ser empregue tanto a nível interpretativo como discursivo” (2012:191), isto é, as “molduras” com que uma informação é passada auxiliam ao dar um significado à informação que é interpretada pelas audiências. De acordo com Oliveira e Carvalho (2012), o framing consiste na interpretação do mundo pelo sujeito tendo como base as suas experiências sociais seja a nível de comunicação com colegas, amigos e família como através da sua experiência relacionada com o próprio local onde vive. Embora descrito como a ação de organizar uma ideia para a transmitir, ao longo dos anos, nos vários estudos que foram realizados, não se constituiu um consenso entre académicos sobre a verdadeira definição de framing.

Entman, num estudo realizado em 1993, notou que as *frames* estão presentes em vários aspetos da comunicação como a cultura, o recetor da informação e o interlocutor (Vreese, 2005). Neste contexto e, tendo em conta que esses aspetos estão presentes em momentos diferentes no processo de comunicação, Entman e Robert (2009) consideram existir duas vertentes da definição de framing. Por um lado, o construir do enquadramento, «frame-building» que se refere tanto a fatores internos como externos. A um nível interno estão os fatores intrínsecos ao jornalismo que ditam a forma como os enquadramentos são construídos. O nível externo é referente aos princípios que influenciam a construção do enquadramento como a relação de contacto que existe entre

os jornalistas, os movimentos sociais e as elites (Vreese, 2005). Por outro lado, a vertente mais investigada é o «frame-setting» que traduz a "interação entre as molduras dos media, o conhecimento prévio e a predisposição dos indivíduos" (Vreese, 2005:52). De acordo com o autor, muitos dos estudos que são feitos sobre esta vertente do framing procuram perceber de que forma os enquadramentos realizados pelos media influenciam as audiências. Essa influência, segundo Vreese, pode ter dois níveis: individual e de sociedade. Isto significa que os enquadramentos feitos para a exposição e/ou explicação de uma notícia podem influenciar um indivíduo a alterar os seus pensamentos e atitudes sobre um determinado assunto. Simultaneamente, a nível de sociedade, os enquadramentos que são feitos podem ajudar a "moldar processos sociais como a socialização política, a tomada de decisão e as ações coletivas" (Vreese, 2005:52).

Semelhante ao que ocorreu com a teoria de agenda-setting, a primeira vez que a teoria de framing foi mencionada, por Bateson (1972), existiu uma perceção negativa a cerca da mesma. Esta traduziu-se na visão de que os media tinham a capacidade de influenciar a perceção do sujeito em relação ao mundo que o rodeia. Nesta perspetiva, considerou-se que os media podiam delimitar os contornos da mensagem incluindo ou excluindo informação para contextualização do evento e/ou acontecimento que estavam a relatar. Assim, considerava-se que uma vez que são as “molduras” escolhidas pelos media que explicam as notícias, isto é, é o jornalista a escolher o ponto de vista a mostrar através da contextualização ou dos intervenientes, os media eram capazes de influenciar a posição de um cidadão sobre um assunto (Entman, 1993). Porém, no primeiro estudo de Goffman (1974) sobre o framing conclui-se que são os quadros sociais em que um indivíduo está inserido que lhe permitem dar sentido às situações. Com este estudo o objetivo do autor foi “isolar as molduras básicas de entendimento presentes na sociedade para tentar perceber determinados eventos e analisar as vulnerabilidades a que estas molduras estão sujeitas” (Goffman, 1974:10). Neste sentido, para o autor, um indivíduo na sociedade ocidental ao reconhecer um evento tem tendência para lhe dar um contexto e enquadramento baseado na sua experiência e conhecimento adquirido, por exemplo, através de vários espaços de socialização.

Na visão sociológica de Goffman (1974), existem vários níveis de «frames» sendo que um indivíduo, mesmo sem se aperceber, interpreta e dá sentido a uma situação com base na sua experiência. Neste seguimento o autor considera que o enquadramento de

uma ação e/ou situação é feito no sentido de possibilitar o sujeito de localizar, perceber, identificar e dar sentido ao que o rodeia. Assim, na construção de uma sociedade o enquadramento de um acontecimento é um elemento central da cultura. É, então, possível compreender que o mesmo acontecimento pode ser relatado com enquadramentos diferentes dependendo da sociedade em que está a ser documentado porque “quando um evento ocorre, os indivíduos na sociedade esperam que uma explicação seja encontrada” (Goffman, 1974:29) que lhes permita interpretar o acontecimento com base no que acreditam.

Segundo Goffman é necessário fazer uma divisão entre dois níveis de framing (Scheufele, 1999): o nível pessoal e o de enquadramento dos media. O primeiro nível, de acordo com Goffman, é referente à interpretação de um acontecimento a nível pessoal, ou seja, a forma como um indivíduo interioriza determinado evento. Relativamente ao segundo nível, o enquadramento dos media, este concerne à interpretação que um jornalista faz de um acontecimento para depois o transmitir. Esta interpretação significa que a informação que é passada à audiência pelo jornalista já tem por base dois enquadramentos. Por outras palavras, quando a informação é passada ao jornalista esta tem já presente uma moldura e, posteriormente, ao reter a informação, o próprio jornalista interpreta consoante as suas molduras pessoais. Na última etapa da comunicação por parte do jornalista, quando este constrói a notícia, é criada uma terceira moldura. Tendo em conta esta terceira moldura proveniente da forma como os jornalistas enquadram a notícia para a transmitir à audiência, é de salientar os cinco fatores avançados por Shoemaker e Reese (1996) que influenciam a construção da mesma. Nestes fatores podem ser encontradas as pressões de grupos de interesse, as normas sociais e os valores, as pressões organizacionais e as restrições, as rotinas jornalísticas, as orientações políticas e ideológicas dos jornalistas.

De acordo com o previamente exposto, não existe um consenso sobre qual é o conceito definitivo de framing e o que deve ser analisado no estudo do mesmo. Não obstante, Scheufele (1999) dividiu os estudos que foram realizados de acordo com as suas características, ou seja, “o estudo do framing pode ser dividido entre estudos que examinam as molduras como variáveis dependentes ou independentes” (Scheufele, 1999:107). No primeiro grupo, isto é, nos estudos que têm uma moldura como variável dependente, o autor faz uma segunda sub-divisão entre a *moldura media* e a *moldura*

audiência. Isto significa que tendo em conta a variável *moldura dos media* a forma como a notícia é exposta à audiência pode depender do jornalista como indivíduo presente numa sociedade, da sua ideologia e da própria organização para a qual trabalha. Entre os autores que contribuíram para este grupo são destacados Tuchman (1978), Bennett (1991) e Edelman (1993). Quanto ao nível da *variável na audiência*, os estudos realizados procuraram perceber de que forma o enquadramento de um evento pelos media tem impacto na audiência. Nesta vertente, o autor destaca Iyengar (1987, 1989, 1991), Gamson (1992), Price et al. (1995, 1996, 1997) e Huang (1996). No que é referente à variável como independente, Scheufele (1999) volta a fazer uma divisão das molduras em dois campos distintos: *moldura dos media* e *moldura individual*. O que difere uma variável dependente e uma independente é que nesta última os estudos realizados “estão mais interessados nos efeitos do framing” (Scheufele, 1999:107). Neste campo e nos estudos realizados sobre a *moldura dos media*, no qual se destaca Pan and Kosicki (1993), Entman (1993) e Huang (1996), os resultados indicam que existe uma ligação entre a moldura dos media e a moldura criada pela audiência. Relativamente à variável na *moldura individual*, a questão é transferida para um campo em que se procura perceber se os enquadramentos criados individualmente são capazes de influenciar as atitudes políticas dos indivíduos. Nesta vertente de estudos destacam-se autores como Snow et al. (1986), Snow and Bedford (1988, 1992), Entman e Rojecki (1993) e Nelson et al. (1997).

Num contexto geral, e de acordo com o que foi exposto, a teoria de framing permitirá ao presente estudo analisar o conteúdo da mensagem consoante o enquadramento, enquanto variável dependente, e tendo apenas em consideração a moldura dos media, isto é, a forma como foi exposta a notícia.

Ainda antes de apresentar o meu estudo caso, para melhor analisar a cobertura dos movimentos independentistas no período pós-Brexit, é indispensável que exista algum conhecimento prévio da atualidade desta temática.

Capítulo II

Os Movimentos Independentistas e o Brexit

O Brexit, uma abreviatura da expressão “British exit”, designa, desde logo, a decisão tomada em plebiscito, pelos eleitores britânicos, em 23 de junho de 2016, a favor da saída do Reino Unido da União Europeia (EU), mas denomina, também, um prolongado processo de saída. Estando inicialmente prevista a saída do Reino Unido para março de 2019, foi alvo de três adiamentos, tendo-se concretizado apenas a 31 de janeiro de 2020.

O Brexit veio reavivar as questões de política interna no Reino Unido. O politólogo Bernardo Pires de Lima, num artigo de opinião publicado no *Diário de Notícias*⁴, salientou que os problemas resultantes da saída do Reino Unido da UE não se limitam à negociação e concretização de um acordo económico e político que vá de encontro dos interesses dos atores políticos envolvidos, o que já de si seria complexo, integra, ainda, uma incógnita: como o Reino Unido irá lidar com o reavivar do sentimento de independência das nações que o constituem. O mesmo autor considera que “a atenção das capitais europeias deve ser redobrada sobre o que se está a passar nas Ilhas Britânicas”⁵.

Esta reflexão é da maior relevância para o trabalho que vou realizar: compreender em que medida os órgãos de comunicação social portuguesa de referência cobriram esta temática da atualidade. É desta forma importante compreender, em primeiro lugar a dimensão histórica das tensões políticas presentes no Reino Unido, na Irlanda do Norte e na Escócia, em segundo lugar, destacar o Reino Unido no quadro das relações externas vitais para Portugal. Estes dois fatores permitem contextualizar o estudo de caso que realizei.

⁴ Fonte: [Brexitlândia \(dn.pt\)](#) Artigo de Bernardo Pires de Lima publicado no *Diário de Notícias* a 17 de abril 2021 [consultado a: 24 abril 2021]

⁵ Fonte: [Brexitlândia \(dn.pt\)](#) Artigo de Bernardo Pires de Lima publicado no *Diário de Notícias* a 17 de abril 2021 [consultado a: 24 abril 2021]

2.1. O Reino Unido

O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte é normalmente descrito como uma união política entre quatro nações, ou países constituintes, Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte e Inglaterra, é nesta que se encontra o governo central, ao qual os parlamentos das restantes nações se subordinam. Keating considera que o Reino Unido não é uma união de Estados-Nação, mas sim uma união plurinacional (Keating. 2018:54). Este autor valoriza o reconhecimento dos quatro elementos como uma Nação, mantendo entre si uma ligação económica e política. Ao mesmo tempo, Keating sublinha que embora exista essa ligação, há fatores que distinguem as várias partes integrantes, como a bandeira diferenciada de cada uma das Nações, tradições culturais e religiosas.

A união de Inglaterra com o País de Gales remonta ao século XVII, à qual, em 1707, se juntou a Escócia, formando-se a Grã-Bretanha e, um século mais tarde, em 1801, se incluiu a Irlanda, constituindo-se, então, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Esta união política esteve longe de ser consensual no interior das várias entidades nacionais. Na presente dissertação interessa-me salientar, em particular, a duração temporal dos combates pela independência que ocorreram na Irlanda e na Escócia, que os tornam, pela sua permanência ao longo da história do Reino Unido, um assunto político incontornável.

2.1.1 A questão irlandesa

Convém realçar como é recente a solução encontrada, no final do século XX, para o conflito armado na Irlanda do Norte, cujo último embate durou trinta anos, de 1969 a 1998, no qual morreram cerca de três mil e quinhentas pessoas. A sua génese remonta, pelo menos a 1880 (Darby, 1995), quando a população protestante do concelho de Ulster, conhecido atualmente como Irlanda do Norte, começou a resistir aos movimentos independentistas da Irlanda. Em 1920, numa tentativa de evitar uma guerra civil potenciada pela declaração de independência e posterior proclamação da República da Irlanda, o governo inglês impôs a Lei do Governo da Irlanda (Dorney, 2019). Esta lei, que apenas teve efeito em 1921, reconheceu e partiu a ilha irlandesa em duas partes: o concelho de Ulster, com um parlamento em Belfast, tornou-se a Irlanda do Norte, já a

Irlanda do Sul, ainda sob o poder do Reino Unido, teria o seu parlamento em Dublin. No entanto, este último nunca chegou a ser constituído.

No mesmo ano em que a Lei do Governo da Irlanda entrou em vigor, o governo britânico, numa nova tentativa de acabar com o conflito armado com os republicanos irlandeses, aceitou a sentar-se à mesa de negociações com o partido maioritário da Irlanda: Sinn Féin. Destas negociações foi assinado o Tratado Anglo-Irlandês, de 1921, que concedeu à Irlanda o estatuto constitucional de Estado Livre Irlandês (ponto 1º do tratado). No mesmo documento, os artigos 11 e 12 salientavam que a Irlanda do Norte continuaria a ser considerada como independente da Irlanda, durante o primeiro mês do tratado e, posteriormente, caso assim o desejasse, com um pedido ao monarca do Reino Unido.

A Irlanda do Norte, com a maioria da sua população unionista, isto é, favorável à integração no Reino Unido, e maioritariamente protestante, acabou por permanecer separada do Estado Livre Irlandês. Durante os anos 20, deu-se um primeiro conflito armado, que nunca chegou a ser declarado, onde morreram vários civis de ambos os lados da Irlanda. Na Irlanda do Norte, o governo mobilizou o grupo armado de Ulster – Ulster Special Constabulary para defender o seu território contra as forças enviadas pelo Estado Livre Irlandês e IRA. Em Belfast, uma das cidades mais afetadas pelo conflito armado de 1922, morreram na sua maioria civis católicos – a minoria da cidade – enquanto cerca de 20.000 refugiados católicos procuraram asilo no Sul (Dorney, 2019). No mesmo ano, assistiu-se à derrota das forças do IRA e ao início de uma guerra civil, no Sul, em Dublin.

No seguimento do conflito com o sul da Irlanda, os líderes unionistas consideraram que para conseguir manter a paz no território era necessário manter uma constante vigilância (Darby, 1995). Tendo em consideração que a maioria da população presente na Irlanda do Norte era unionista e protestante e defendia a junção com o Reino Unido, as políticas adotadas pela ordem política foram discriminatórias para a comunidade em minoria, no caso a população nacionalista e católica. Embora os vários conflitos e tensões que foram sentidos a norte da ilha da Irlanda não fossem derivados da religião, protestantismo e catolicismo, esta foi utilizada como marcador da discriminação na comunidade (Melaugh, 2006).

Enquanto a Irlanda, a Sul, foi aumentando a sua soberania, através do Estatuto de Westminster, em 1931, com a aprovação de nova constituição, em 1937, e, finalmente com o Ato da República da Irlanda, em 1949. Já a Norte, a tensão entre unionistas e independentistas viria a fazer eclodir o conflito armado, conhecido por *The Troubles*, que durou, como já referi, trinta anos. Este começou por ser, na década de 50, um movimento pelos direitos civis da população católica discriminada, tendo sido potenciado, em parte, pela universalização da escolaridade secundária de toda a população. A discriminação era sentida, principalmente, nas cidades onde existia uma maioria da população católica e onde o poder lealista precisou de alterar o poder de voto para não perder a supremacia do poder político. Nas várias cidades onde a maioria da população era católica como Derry ou Dungannon, foi implementado um sistema de manipulação dos círculos eleitorais de forma a conseguir retirar vantagem política, o gerrymandering. No caso destas cidades, a vantagem ia para o Partido Unionista que através deste sistema conseguiu um controlo exclusivo da habitação e emprego público para favorecer a população protestante. Em Derry apenas 30% da população católica detinha um emprego no setor público (Cameron, 1969 citado por Whyte, 1983) embora fosse a maioritária. A mesma discriminação ocorria com a atribuição de habitação social, sendo dada preferência à população protestante em detrimento da católica (McKittrick & McVea, 2000; McCann, 1993 citado por Dorney, 2015). Aliado aos problemas sociais, Dorney (2015) acrescenta um conjunto de outros fatores que potenciaram o surgimento do movimento de direitos civis, como: as forças de segurança serem quase exclusivamente compostas por população protestante; o não reconhecimento da nacionalidade irlandesa; não ser ensinada a história ou a língua irlandesa nas escolas; a ilegalização da bandeira tricolor e do partido Sinn Féin. Todos estes fatores potenciaram a criação da Associação de Direitos Civis da Irlanda do Norte, em 1967, que exigiu reformas para acabar com a discriminação da população católica, eliminar o gerrymandering e abolir o Special Powers Act que permitia a detenção civil sem julgamento (Dorney, 2015).

Entre 1968 e 1969 foram realizadas várias marchas a favor dos direitos civis da população. Após a primeira manifestação realizada em Dungannon seguiu-se a de Derry que foi reprimida pela polícia, Royal Ulster Constabulary (RUC). Depois, assistiu-se a uma escalada da tensão e de revolta a norte da ilha irlandesa que culminou na batalha de Bogside em 1969, considerada por alguns autores o momento em que a tensão se transformou num conflito político armado (Dorney, 2018). O caos e a escalada de

violência obrigaram a Inglaterra a movimentar tropas para as ruas da Irlanda do Norte e construir “linhas de paz” entre bairros para separar a população católica da protestante, de forma a evitar conflitos. Quatro anos mais tarde, no ano sangrento de 1972, no qual morreram 468 pessoas vítimas dos ataques, foi substituído o governo regional pela governação direta de Londres. Após este confronto, embora os protestos e atentados continuassem de ambos os lados, com organizações como o IRA (Exército Republicano Irlandês) a pretender a união das Irlandas e o UVA (Associação de Defesa do Ulster) a defender a pertença da Irlanda do Norte ao Reino Unido, o número de mortos reduziu-se para 255.

No final dos anos 80, dá-se início a um diálogo entre o líder do Sinn Féin, o Partido Social Democrata e Trabalhista e os governos britânico e irlandês (Dorney, 2015). Com a quebra do cessar-fogo por parte do IRA, num atentado no centro de Londres, em 1996, o partido Sinn Féin foi excluído das conversações e apenas voltou a ser admitido um ano mais tarde, após uma nova promessa de cessar-fogo do Exército Republicano Irlandês. Juntamente com o Sinn Féin, outros representantes de várias fações populacionais tiveram a oportunidade de se juntar às negociações: Partido Unionista do Ulster, o Partido Democrático de Ulster (em representação do grupo paramilitar lealista), o Partido de Aliança da Irlanda do Norte e o Partido Coligação das Mulheres da Irlanda do Norte. Destas negociações resultaria, em 1998, o acordo de Sexta-Feira Santa, ou Acordo de Belfast, no qual ficou consagrado que o estado constitucional da Irlanda do Norte é decidido por voto democrático dos seus habitantes e que os governos britânico e irlandês têm a obrigação de realizar um referendo caso exista uma alteração na vontade da maioria dos cidadãos (Archick, 2019). Simultaneamente, o governo britânico voltou a conceder poder ao parlamento irlandês, mas este “deve ser constituído por número de ministros igual à proporção de votos nacionalistas e unionistas” (Dorney, 2015). Apesar do acordo, o mesmo não significou o início de um período de paz na Irlanda do Norte, ao longo dos anos existiram dissidências dos grupos radicais das quais resultaram diversos atentados.

A decisão do Reino Unido de sair da União Europeia, em 2016, reacendeu a questão irlandesa, como veremos.

2.1.2. A questão escocesa

A Escócia foi integrada na Grã-Bretanha através do Ato de União de 1707, no qual ficou estabelecido que aquela mantinha a sua liberdade religiosa, educacional e legal, embora tivesse a obrigatoriedade de seguir as diretivas do parlamento britânico. Apesar de se procurar assegurar algum grau de autonomia, logo a seguir à junção das duas Nações, surgiram sectores que defendiam a independência, principalmente nas terras altas (Scottish Highlands). Mais tarde, durante o período da revolução industrial, em Inglaterra, embora a Escócia também tivesse ganho vantagens e influência, perdurou o desejo de independência em alguns setores. No entanto, foi apenas com a defesa do *home-rule*, na Irlanda, em 1886, que se pôde observar uma campanha de devolução também na Escócia. Em 1913, um membro do parlamento, William Cowen, propôs, pela primeira vez, que se decretasse no sentido de constituir um parlamento escocês com poder legislativo sobre temas tão distintos como a propriedade agrícola, a educação, as pescas, entre outros.

Já no rescaldo da primeira guerra mundial assistiu-se a um esforço para obter uma maior unidade no movimento independentista escocês, assim, em 1934, dois partidos, o National Party of Scotland e o Scottish Party criam o Scottish National Party (SNP), obtendo coesão e legitimidade. Durante a segunda guerra mundial, este partido elegeu o primeiro deputado no parlamento, porém, perdeu-o nas eleições seguintes, só voltando a eleger representantes nos anos 70. Nas eleições de 1974, o SNP conseguiu 11 lugares no parlamento inglês, desta forma, com o poder reforçado, o SNP alcançou a autorização para a realização de um referendo para constituir uma Assembleia Escocesa, o que ocorreu em 1979. Contudo, devido à fraca afluência às urnas, com apenas 32,8% do eleitorado a votar, o governo britânico não aceitou o resultado do referendo.

A estrutura criada na sequência do referendo a *Campanha para uma Assembleia* manteve-se ativa, pressionando o governo do partido conservador que se opunha fortemente a esta iniciativa. Entre outras iniciativas publicou o documento, “Reivindicação do Direito para a Escócia”, que defendia que o povo escocês tinha o direito de escolher o seu governo, remetendo esta pretensão para a Declaração de Arbroath, de 1320. No seguimento da assinatura deste documento foi criada, em 1989, uma Convenção Constitucional, da qual fizeram parte as estruturas locais de dois grandes

partidos políticos, o Partido Liberal Democrata e Partido Trabalhista, bem como igrejas e outros grupos cívicos (Leeke, Sear & Gay, 2003).

Entre 1979 e 1997, o sentimento de alienação da população escocesa em relação aos políticos britânicos atingiu valores elevados, com o partido conservador a perder todos os assentos parlamentares na Escócia. Neste contexto, de perda de confiança nos governantes, a Convenção Constitucional fez, pela primeira vez, uma declaração onde foi formalizada a intenção de constituir uma assembleia ou parlamento próprio (Leeke et al, 2003). Em 1995, a ideia de criação de um parlamento foi colocada no plano de devolução. Neste ano, essa proposta passou a constar do manifesto que o Partido Trabalhista levou às eleições. Tendo este obtido a vitória nas eleições foi realizado um novo referendo em 1997. Neste, a afluência às urnas ultrapassou os 60% e a maioria dos votantes, 74%, votou a favor da criação de um parlamento. Tony Blair, primeiro-ministro trabalhista, aceitou o resultado eleitoral num discurso marcado pelo fim do governo centralizado: “*Well done. This is a good day for Scotland, and a good day for Britain and the United Kingdom... the era of big centralised government is over*” (Evans, 1999:68 citado por Leeke et al, 2003:18).

No seguimento do referendo foi elaborado o Ato Escocês, de 1998, onde ficou estabelecido a criação de um Parlamento na Escócia, quais os seus deveres e obrigações, número de parlamentares e duração dos seus mandatos. Para o SNP foi dado um passo significativo, no sentido da autonomia com a assinatura do ato (Lichon, 2018). Ainda assim, o caminho para a independência da Escócia ficou longe de ser conseguido, com uma clara subordinação do parlamento escocês ao parlamento britânico (Leeke et al, 2003:12) em várias questões como os assuntos constitucionais, política externa, legislação de emprego, trocas comerciais, política macroeconómica, entre outras.

Posteriormente a atenção do SNP voltou-se novamente para a independência. Nas primeiras eleições para o parlamento, em 1999, este partido conseguiu 35 lugares, dos 129, mas quatro anos depois, perdeu oito lugares, fixando-se nos 27. Num parlamento cuja contagem de votos é baseada na representação proporcional, Keating (2015) considera complicado existir uma maioria absoluta. Não obstante, a partir de 2007, o Scottish National Party voltou a recuperar lugares no parlamento, os suficientes para conseguir formar um governo minoritário. Alex Salmond, na altura o rosto do SNP,

conseguiu ganhar mais 20 lugares no parlamento – o melhor resultado do partido até à altura – atingindo um total de 47 parlamentares.

Uma Escócia independente continuou a ser a bandeira da campanha do SNP, mas para isso era necessário um referendo, o que implicava uma autorização do governo britânico para a sua realização (Lichon, 2018), assim a questão da devolução permaneceu sob o controlo britânico. No primeiro pedido de um referendo a proposta não passou no parlamento, por ser apresentada por um partido minoritário. No entanto, este continuou a ser o objetivo principal do SNP. Nas eleições seguintes, em 2011, embora o apoio à independência fosse menor, conseguiram formar um governo maioritário ao totalizar 69 deputados, mais 23 do que nas eleições anteriores. Para Keating (2015), a explicação para esta contradição está assente não apenas na desconfiança em relação aos partidos britânicos que, ao longo dos anos, perderam apoio, mas também ao sentimento generalizado da população de que o governo escocês fez um bom trabalho.

No ano seguinte, em 2012, o partido conseguiu chegar a um acordo com o governo britânico para fazer um referendo – Acordo de Edimburgo. Neste ficaram estabelecidos a data – 18 setembro 2014 - e os termos com que o referendo se iria realizar. De acordo com Lichon (2018), a data escolhida permitiu ao SNP tomar várias iniciativas, de ordem legislativa, como o alargamento da idade dos eleitores para os 16 anos e outras de cariz promocional, como a celebração de datas que exaltavam a identidade nacional. Ao mesmo tempo, a realização do referendo pouco tempo antes das eleições gerais no Reino Unido, deu esperança ao SNP de que os principais partidos se preocupassem mais com as eleições do que com o referendo (Lichon, 2018).

Na campanha que antecedeu o referendo, o Sim, à independência, contou com o Scottish National Party, os Socialistas Escoceses e os Verdes, já do lado do Não à independência, estiveram os partidos Conservador, Trabalhista e os Sociais-Democratas. Mas o Não ganhou com 55,3% dos votos. Keating (2015) destaca os vários pontos que levaram à vitória do Não, entre os quais, a valorização pelos eleitores escoceses da estabilidade económica e financeira. Durante a campanha dois fatores foram determinantes, por um lado, vários bancos e empresas formularam avisos de que caso a Escócia se tornasse independente poderiam vir a desinvestir e a deslocar-se para outros locais, por outro, a questão da moeda também foi decisiva, uma vez que a Escócia não tem moeda própria. Keating (2015) destaca ainda a importância da União Europeia no

processo de independência uma vez que durante a campanha surgiu a questão de saber qual a forma da Escócia aderir, ou permanecer, na comunidade. Sobre esta problemática, foram formulados argumentos contra e a favor da independência. No primeiro caso destacou-se o fator da incerteza em relação à aprovação da Escócia como Estado-Membro, por parte de Espanha⁶, devido à situação interna deste país, a braços com reivindicações independentistas na Catalunha e no País Basco. Relativamente aos argumentos a favor da independência, a campanha do Sim utilizou um argumento que, pouco depois, se veio a consolidar: sendo conhecido o desejo de vir a realizar-se um referendo sobre a eventual saída do Reino Unido da União Europeia, os partidos pró-independência salientaram o perigo da Escócia ser arrastada para uma saída forçada da UE.

A meu ver o que merece ser assinalado é o facto de, durante toda esta campanha para o referendo, a defesa da Escócia como um país pró-europeísta ter estado bem presente (Keating, 2015:94). Inclusivamente, após a vitória do Não, o governo escocês não deixou de fortalecer a sua relação com a União Europeia, a nível de negociações económicas e da diplomacia, participando nas reuniões do parlamento europeu com delegados, a convite do governo britânico. No rescaldo da campanha do referendo, o mesmo autor assinala que existiu um ganho político no sector perdedor, com o SNP e os Verdes a aumentarem o seu número de eleitores nas semanas seguintes.

A decisão do Reino Unido sair da União Europeia, em 2016, reacendeu a questão escocesa, como veremos. No ano de 2016, ainda antes do referendo à saída do Reino Unido da União Europeia, a Escócia voltou às urnas, em maio. Na campanha eleitoral, o SNP, sob a liderança de Nicola Sturgeon, publicou um manifesto, que se tornou fulcral para a posição do SNP face ao Brexit, nos anos seguintes:

“We believe that the Scottish Parliament should have the right to hold another referendum if there is clear and sustained evidence that independence has become the preferred option of a majority of the Scottish people – or if there is a significant and

⁶ No processo de adesão à União Europeia, é necessário existir um voto unânime por parte de todos os Estados-Membros.

material change in the circumstances that prevailed in 2014, such as Scotland being taken out of the against our will⁷.” (Scottish National Party, 2016:23).

2.1.3. O Brexit: repercussões na política interna no Reino Unido

A pertença à União Europeia constitui há várias décadas um assunto polémico e polarizador da vida política britânica. Convém ter presente que a política externa britânica tendeu sempre a preservar um elevado grau de liberdade de movimentos, evitando alianças e um envolvimento excessivo com o continente europeu, apenas projetando o seu poder externo quando neste mesmo continente alguma potência ameaçava tornar-se hegemónica. Nesse sentido, esteve ausente da criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), procurando criar, em 1960, o seu próprio espaço económico, a EFTA⁸, assim, só em 1973 ingressou na CEE. No entanto, o Reino Unido permaneceu eurocético praticamente desde o início. Apenas dois anos após a sua entrada na comunidade, sob o governo do Partido Trabalhista, realizou-se o primeiro referendo à população sobre a intenção de sair ou permanecer na união de países europeus. Neste, venceu o voto a favor da permanência, com uma maioria de 67,2%. Não obstante, em 1988, sob o governo de Margaret Thatcher, o partido conservador já se encontrava dividido, entre deputados que acreditavam na União Europeia e os que desejavam um Reino Unido soberano. Nos dois maiores partidos políticos britânicos existiu sempre uma tendência para acreditar que o país precisava de ser independente e que não devia ser um “conglomerado europeu” a tomar decisões sobre o seu futuro (Verde, 2019). Para Verde, o mote de partida que enunciou o longo caminho até ao Brexit deu-se com o discurso de Thatcher, em Bruges, em 1988:

⁷ “Acreditamos que o Parlamento Escocês deva ter o direito de realizar outro referendo se existir alguma clara evidência que a independência é a opção maioritária da população escocesa – ou mesmo se existir alguma mudança significativa e material que prevaleceram no referendo de 2014, tal como a Escócia vir a ser retirada da União Europeia sem assim o querer.” (Re-elect: the Scottish National Party Manifesto. 2016)

⁸ Fundada em 1960, a European Free Trade Association, foi constituída como uma resposta à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). Entre os países fundadores encontra-se o Reino Unido, Portugal, Austria, Noruega, Suécia e Dinamarca. Porém, ao longo dos anos, o número de membros diminuiu devido à integração de alguns destes países na União Europeia.

“Tentar suprimir a nacionalidade e concentrar o poder no centro de um conglomerado europeu seria altamente prejudicial e comprometeria os objetivos que buscamos alcançar.” (Verde. 2019:60).

Nos anos 90, com a saída de Margareth Thatcher, do Partido Conservador, as divergências entre europeístas e eurocéticos acentuaram-se. O Reino Unido não deixou de estar presente na assinatura do Tratado da União Europeia, em Maastricht (em 1992), que estabeleceu as bases da atual União Europeia, consagrando, entre outros aspetos, a cidadania europeia, uma política externa e de segurança comum, abrindo ainda caminho à criação de uma moeda única, porém, estaria entre os países que não adotaram o euro, mantendo a sua moeda, a libra esterlina.

Ao longo dos anos, o Reino Unido embora inserido na União Europeia (UE) procurou sempre obter vantagens económicas e compensações por ser “obrigado” a seguir determinadas políticas que lhe eram menos favoráveis (Bongardt. 2017:10). Nos dois grandes partidos acentuaram-se as clivagens entre os apoiantes da saída e os defensores da permanência na UE. Uma tendência que se veio a alargar à população com as medidas tomadas pelo primeiro-ministro trabalhista Tony Blair. De acordo com Verde (2019), foi durante o governo de Blair que ficaram cimentadas as raízes do descontentamento devido ao alargamento da UE aos países de leste, que potenciou uma imigração crescente para Inglaterra.

Em 2007, no Tratado de Lisboa, tal como acontecera, em 1992, no Tratado de Maastricht, várias imposições do Reino Unido limitaram as ambições de maior coesão política e económica da União Europeia, assunto que convém assinalar, mesmo que não caiba aqui aprofundar. Embora acatadas todas as imposições do Reino Unido este país incentivou outros países, como a Dinamarca e a Polónia, a impor tudo o que queriam num claro sentimento antagonista dos valores da UE. No final, depois de retirada a simbologia da União Europeia que constava no tratado constitucional, o primeiro-ministro britânico não apareceu na cerimónia para assinatura do Tratado (Bongardt, 2017:12). Posteriormente, praticamente dez anos depois, o Partido Conservador manteve-se sob enorme pressão com tensões entre os eurocéticos e os deputados que acreditavam na União Europeia. Na campanha para a reeleição do primeiro-ministro David Cameron, este prometeu um referendo à saída da comunidade numa tentativa de resolver a clivagem partidária (Soares, 2019). No entanto, o pedido de referendo e a sua aprovação por parte

dos conservadores dividiu ainda mais o partido, com David Cameron a debater-se por ficar (“remain”) enquanto outra franja dentro do partido, na qual se encontrava Boris Johnson, defendia o sair (“leave”). A 24 de junho de 2016, depois de uma campanha intensa, a Europa acordou com a surpresa de um estado-membro ter escolhido, por referendo, a saída. No total de votos das quatro Nações o "leave" ganhou com uma percentagem de 52% e o "remain" perdeu com uma percentagem de 48%. Porém, um facto era assinalável, na Escócia e na Irlanda do Norte, o sentido de voto era distinto, com, respetivamente, 62% e 56%, dos votantes a quererem permanecer na UE⁹.

Neste contexto foi possível antever uma situação problemática com a saída do Reino Unido da União Europeia, quando quer a Escócia quer a Irlanda do Norte votaram para ficar. Sendo o Reino Unido constituído por Nações reconhecidas entre si, ficou mais clara a capacidade do poder central se sobrepor ao desejo da população, uma vez que a Escócia e a Irlanda do Norte são forçadas a seguir uma decisão para a qual votaram contra, como referiu, logo de imediato, a primeira-ministra escocesa Nicola Sturgeon: “It would be a very serious mistake for the U.K. to vote to leave the European Union, and I think it would be democratically indefensible for Scotland, if we had voted to stay in, to face the prospect of being taken out,”¹⁰.

Como vimos, durante o século XX, foi sendo transferido algum poder, a nível administrativo, executivo e legislativo, do governo central do Reino Unido para as distintas unidades políticas. Porém, foi um processo que apenas no final dos anos noventa teve uma maior expressão, com a publicação, em 1998, do Scotland Act, Government of Wales Act e Northern Ireland Act. O novo sistema político manteve, segundo Torrance (2019), assimetrias, na devolução de poder às várias nações do Reino Unido, mantendo diferenças assinaláveis, desde logo, nos poderes atribuídos aos distintos parlamentos nacionais. Um dos exemplos destas diferenças é o governo local da Escócia ser o único com poder de alterar os impostos no seu espaço territorial. Mas o dado mais importante é

⁹ Fonte: [Diário de Notícias](#). Notícia de 24 de junho de 2016 no *Diário de Notícias* [visualizada em 20 de março de 2021]

¹⁰ “Seria um erro muito grave para o Reino Unido votar para deixar a União Europeia, e penso que seria democraticamente indefensável para a Escócia, se tivéssemos votado para ficar, e termos de enfrentar a perspetiva de ser retirados” in [Scottish leader says EU referendum on knife edge, Brexit could trigger independence vote | Reuters](#). Notícia de 15 junho 2016 na *Reuters* [visualizada em 31 março 2021]

assinalado por Leeke *et al* (2003): a forma como se tem mantido inalterado o poder de Westminster para alterar e revogar as leis que devolvem o poder aos parlamentos locais.

No dia seguinte ao referendo a primeira-ministra escocesa anunciou que o pedido de um novo referendo sobre a independência da Escócia era altamente provável. No entanto, perante um quadro extremamente delicado e complexo de negociação do Brexit foi possível estabelecer-se um consenso político em torno de não ser este o momento para levantar a questão da independência. Em vez disso, o governo escocês procurou formas de entendimento com o governo britânico tanto no sentido de rever o Ato Escocês, para obter maior autonomia, quanto negociar com Londres a possibilidade de permanecer na União Europeia.

Desde dezembro de 2020, data em que foi oficializado um acordo comercial entre a União Europeia e o Reino Unido, que Nicola Sturgeon vem a prometer um novo referendo à independência. Em maio de 2021 os eleitores escoceses escolheram o próximo primeiro-ministro da Nação. A campanha eleitoral focou-se essencialmente em dois pontos: a pandemia e a questão de um referendo à independência. A saída da Escócia da comunidade europeia contra a sua vontade foi um ponto central durante a campanha eleitoral que viu nascer outros partidos pró-independência como o Alba¹¹. O sentimento de independência está presente na população escocesa há vários anos, porém, a saída da União Europeia é apontada como um dos principais fatores que potenciou o crescimento desta temática.

A questão irlandesa revelou-se mais complexa, a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia levantou, desde logo, questões sobre o futuro do Acordo de Belfast. Embora sejam poucas as referências, neste acordo, à União Europeia, foi esta que permitiu a flexibilidade de uma não-fronteira entre Irlandas e promoveu os direitos e salvaguardas que regeram ambos os lados após os *The Troubles*. Nesse sentido, surgiu o receio que o processo de Brexit pudesse trazer uma disrupção para o caminho de paz que se foi cimentando na Irlanda do Norte ao longo dos anos. De ambos os lados, a questão

¹¹ O Partido Alba, nome gaélico da Escócia, foi fundado durante a campanha para as eleições regionais de março de 2021 pelo ex-primeiro-ministro escocês, Alex Salmond. As suas políticas focam-se, essencialmente, na defesa de uma Escócia independente.

central foi perceber de que forma era possível respeitar o Acordo de Sexta-Feira Santa ao não colocar uma fronteira física entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte.

A primeira proposta foi feita pela União Europeia e sugeria a permanência da Irlanda do Norte na órbita europeia com acesso ao mercado único e a reger-se pelas suas regras durante o tempo necessário até ser conseguido um melhor acordo. Contudo, esta proposta foi rejeitada pela primeira-ministra Theresa May devido à ameaça de desintegração do Reino Unido, com a construção de uma fronteira entre a Irlanda do Norte e o próprio Reino Unido. Em contraposição, May ofereceu um acordo em que todo o Reino Unido permaneceria na órbita da União Europeia, mas este não teve a aceitação necessária, o que a levou a primeira-ministra britânica pedir a demissão. Sob o governo de Boris Johnson, a proposta inicial da União Europeia voltou a estar em cima da mesa, com apenas uma mudança: em vez de temporária, a Irlanda do Norte manter-se-ia permanentemente na órbita da comunidade europeia (Sargeant, Stojanovic, Kane & Etherington, 2020:11).

No final de vários anos de negociações, pressões, e dois primeiros-ministros, em janeiro de 2020, o Reino Unido deixou de ser um membro da União Europeia. Entre as negociações, que ocorreram ao longo dos quatro anos que se seguiram ao referendo, é de destacar o protocolo da Irlanda, mais especificamente a questão do *backstop* na Irlanda do Norte. O problema que se levantou relativamente às Irlandas prendeu-se, tal como referido anteriormente, na questão do acordo de Sexta-Feira Santa que colocou um fim no conflito da Irlanda. Neste ficou estabelecido que não iria existir uma fronteira física entre as duas Irlandas – uma hipótese potenciada pela União Europeia que permite uma livre circulação de pessoas e bens entre os Estados-Membros. Porém, com a saída do Reino Unido essa livre circulação deixa de ser uma possibilidade e, para controlar o fluxo de população e mercadorias, é necessário erguer uma fronteira física no território. Para contornar essa situação foi constituído o protocolo, já referido anteriormente, que inclui um mecanismo de consentimento em que o parlamento da Irlanda do Norte pode escolher se pretende ou não continuar sob a regulação do seu mercado pela União Europeia. Desta forma, em vez de uma fronteira física entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte essa fronteira é feita no mar da Irlanda. Um acordo que para alguns é considerado uma

vantagem, por permitir à Irlanda do Norte obter benefícios especiais¹², mas que, para outros, é considerado um mau acordo por não proteger os interesses do Reino Unido¹³. Em resposta ao acordo conseguido pelo governo britânico de Boris Johnson, que separa a Irlanda do Norte do resto do Reino Unido, o Conselho das Comunidades Lealistas, representante de três grupos paramilitares lealistas (Força Voluntária do Ulster, Associação de Defesa do Ulster e Comando da Mão Vermelha), suspendeu o apoio ao Acordo de Belfast embora a sua oposição seja pacífica e democrática¹⁴.

No contexto do Brexit assistiu-se a um crescendo de tensão entre independentistas e unionistas na Irlanda do Norte. A prestigiada revista *The Economist* alertava, no mês de abril, de 2021, que a criação da fronteira no mar irlandês está a acelerar a criação de uma ilha económica unida. Simultaneamente, é expectável que nos Censos a realizar durante este ano fique patente uma alteração na maioria da população com raízes católicas¹⁵. Caso essa alteração exista, um referendo à união das Irlandas pode ser expectável.

2.2 Portugal e o Reino Unido

O tratamento jornalístico da temática independentista só pode ser avaliado se tivermos em conta um segundo aspeto da maior relevância: a proximidade histórica e política entre Portugal e as Ilhas Britânicas. Embora a alteração das Nações constituintes do Reino Unido não afete diretamente Portugal, é relevante notar que as Ilhas Britânicas são consideradas Nações-Elite devido à sua imponência política e económica no contexto mundial. Assim, este é já um fator fundamental na classificação de valor-notícia apresentado por Galtung e Ruge (1965), isto é, existe uma maior probabilidade de notícias acerca do Reino Unido surgirem como essenciais. No caso do Reino Unido, a saída da União Europeia e a possível disrupção nas Nações constituintes, é de extrema importância no contexto europeu no qual Portugal se encontra inserido. Contudo, a relação de proximidade e estreita dependência histórica deste país face ao Reino Unido coloca o

¹² Fonte: [Scotland, Wales and London want special Brexit deal if Northern Ireland gets one | Reuters](#) . Notícia de 4 dezembro 2017 na *Reuters* [visualizada a 1 de abril 2021]

¹³ Fonte: [Northern Ireland's DUP says it cannot support Brexit deal as it stands | Reuters](#) . Notícia de 17 outubro 2019 na *Reuters* [visualizada a 1 de abril 2021]

¹⁴ Fonte: [Irlanda do Norte: grupos paramilitares lealistas suspendem apoio ao acordo de paz de 1998 | Brexit | PÚBLICO \(publico.pt\)](#) . Notícia de 4 de março 2021 no *Público* [visualizada a 31 março 2021]

¹⁵ Fonte: [Northern Ireland's unhappy centenary | The Economist](#) . Notícia de 27 abril de 2021 no *The Economist* [visualizada a 26 abril 2021]

Brexit e as suas implicações internas e externas como um dos temas de impacto imediato relevante para Portugal. A velha aliança luso-britânica, por muitos considerada uma das mais antigas do mundo, formalizada na Idade Média, constituiu ao longo de séculos “o principal ponto de referência das relações externas portuguesas” (Raimundo, 2017:114). Lembro como esta se construiu, inicialmente, como fator determinante de proteção contra as ambições de expansão da vizinha Espanha, protegendo a soberania portuguesa, impondo o respeito pelas suas fronteiras territoriais e como, num segundo momento, se afirmou como garantia da mesma soberania nos vários territórios coloniais, face a ambições de outros países europeus. Esta histórica relação preferencial não deixou de significar um estreitar da dependência económica de Portugal, e a contínua exploração das vantagens geopolíticas deste, por parte do Reino Unido, que não cabe aqui explorar.

A aliança luso britânica manteve-se como um pilar da política externa portuguesa no século XX, o que pode ilustrar-se com a adoção de uma neutralidade colaborante, seguida por Salazar, em plena segunda guerra mundial, a partir de 1943. A vitalidade desta relação preferencial ficaria ainda patente na forma como Portugal aderiu à EFTA, que, como vimos, foi a resposta britânica à união comercial de carvão e aço na Europa Central. Seria o falhanço desta iniciativa e a entrada do Reino Unido para a CEE, entre outros fatores, que levariam, já depois do estabelecimento do regime democrático, após o “25 de abril” a uma revisão da política externa portuguesa e à integração europeia.

Em 1986, Portugal tornou-se um dos membros da Comunidade Económica Europeia ao lado de países como França, Alemanha, Bélgica, entre outros com os quais nunca teve uma relação de proximidade. Esta integração veio alterar os principais parceiros de política externa. No contexto europeu foram construídas novas alianças e feitas aproximações a outros países europeus. Atualmente, a política externa portuguesa já não é tão focada no Reino Unido e a aliança já não tem o peso que outrora teve. Ainda assim, as Ilhas Britânicas permanecem um porto de abrigo para a emigração portuguesa e Portugal o ponto de emigração para turistas britânicos (Raimundo, 2017). Já no que é relativo às questões económicas que ligam os dois países, de acordo com os dados obtidos no INE, o Reino Unido continua a ser um dos maiores importadores de produtos portugueses ocupando o 5º lugar no ranking com um total de 294 153 285 bens

importados¹⁶. Relativamente às importações feitas por Portugal, embora o Reino Unido não consista no topo da lista, continua a ser um *player* de importância para a economia portuguesa aparecendo no 8º lugar com um total de 1 929 904 146 bens importados¹⁷.

Derivado desta relação de proximidade entre Portugal e o Reino Unido, é expectável uma cobertura jornalística completa e profunda dos seus problemas internos.

¹⁶ Fonte: INE

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007675&contexto=bd&selTab=tab2 [visualizado a 8 outubro 2021]

¹⁷ Fonte: INE

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007674&contexto=bd&selTab=tab2 [visualizado a 8 outubro 2021]

Capítulo III

Estudo-Caso

3.1 Objeto de Estudo

Tal como foi previamente referido, esta dissertação pretende responder à seguinte questão: como foi feita a cobertura noticiosa das questões independentistas da Irlanda do Norte e da Escócia pela imprensa portuguesa no período pós-brexit?

De acordo com o que expus no capítulo 2, a temática histórica dos movimentos independentistas no Reino Unido, ganhou uma nova atualidade após a vitória do Sim ao Brexit, em 2016. A forma como se arrastaram as negociações políticas e económicas da saída da Grã-Bretanha da EU colocou o Brexit entre os temas mais acompanhados pela imprensa europeia. Durante quase quatro anos os países europeus seguiram atentamente as negociações, segundo o estudo *How Europe's Media Cover Brexit*, realizado pelo Instituto da Reuters. Neste estudo, cuja análise se iniciou em setembro de 2017 e prolongou até março de 2018, foram analisados dois jornais, uma revista, um noticiário e órgão de comunicação social online em cada um dos países escolhidos. Tendo em conta a grande pluralidade de Estados-Membros e o seu posicionamento face à União Europeia, existiu uma preocupação de analisar essa diversidade, assim sendo, os países selecionados foram: Alemanha, Itália, França, Irlanda, Grécia, Polónia e Espanha. Tendo em conta a lista de países é possível perceber que Portugal não está incluído. Isto significa que, derivado da falta de estudos sobre a cobertura do Brexit em Portugal, não existe qualquer conhecimento sobre a atenção que os media nacionais deram ao assunto. Assim, espera-se que o presente estudo traga alguma clarificação sobre a importância dada ao que se passa nas ilhas britânicas. Ao mesmo tempo, estima-se que as conclusões encontradas não sejam muito divergentes daquelas encontradas no estudo europeu a nível da predominância de factos e não de opiniões e até mesmo um foco dos jornais portugueses na perspetiva do Reino Unido ao “apontar as consequências prejudiciais do Brexit” (Borchardt et al. 2018: 43).

De forma operacionalizar esta abordagem procurarei responder às seguintes questões: os jornais de referência portuguesa destacaram a temática? Existiu um investimento dos jornais portugueses de referência na cobertura deste tema avaliando, por exemplo, o género jornalístico predominante ou o recurso a agência noticiosa? Na

cobertura que foi efetivamente feita, os jornais limitaram-se a reportar os factos ou também procederam a uma interpretação dos acontecimentos? Houve recurso a imagens? Que protagonistas políticos e sociais foram predominantes nestas? Existiu alguma tendência ao utilizar imagens referentes a Inglaterra e aos seus atores políticos? Os jornais portugueses cobriram de forma exaustiva e rigorosa os acontecimentos relativos aos movimentos independentistas no período em análise?

3.2 Metodologia

Com o objetivo de responder à principal questão de partida, já referida anteriormente, e às questões colocadas no parágrafo prévio, foram analisados os artigos publicados no espaço digital dos três órgãos de comunicação social ao longo de cinco meses e dez dias. Assim, esta análise recorrente de peças jornalísticas entre um período de tempo definido – dezembro de 2020 e maio de 2021 - tornou este trabalho num estudo transversal.

No primeiro momento de procura de informação, no sentido de encontrar as notícias publicadas que fossem relevantes para a temática, foram utilizadas várias palavras-chave no espaço digital de cada um dos jornais portugueses. Entre estas palavras-chave foram consideradas de maior relevância as seguintes: Brexit, Reino Unido, Escócia e Irlanda do Norte. Após o levantamento da informação, tornou-se importante construir uma base de dados onde a análise destes artigos pudesse ser feita. Assim sendo, foi criado, em Excel, uma folha com todas as notícias publicadas ao longo deste período de tempo. Dentro desta foi analisada uma amostra de 238 artigos dos media portugueses que discutiam os vários tópicos relacionados com o Brexit e/ou os movimentos independentistas. É ainda de relevância referir que dentro destes artigos foram analisadas não apenas notícias, reportagens ou entrevistas como também podcasts, artigos de opinião e editoriais.

Com o objetivo de avaliar o conteúdo de cada uma das peças jornalísticas, dentro do documento em Excel, foi escolhido um conjunto de dezassete variáveis que me permitissem distinguir e comparar os conteúdos entre si. Este conjunto pode ainda ser

dividido em dois grupos diferentes: variáveis de análise a nível formal e variáveis de análise interna.

No primeiro grupo estão presentes todas as variáveis que têm a ver com tudo o que permite pesquisar, classificar e agrupar os artigos. Desta forma, estão inseridos neste grupo os seguintes elementos: data, jornal, título, número de página, secção, autor, imagem e género.

Relativamente à categoria das variáveis de análise interna estas estão relacionadas com o conteúdo da mensagem transmitida. Assim, neste grupo estão presentes: o assunto, as fontes utilizadas, os protagonistas, a tendência principal, a tendência europeísta, a tendência do Reino Unido, a tendência para a Escócia, a tendência para a Irlanda do Norte e o tema principal.

Neste seguimento, é importante ter em nota várias questões que foram colocadas ao longo desta análise. A primeira questão, numa visão mais geral, procura-se perceber se os jornais cobriram ou não a temática relacionada com a Escócia e a Irlanda do Norte, mais especificamente, com os movimentos independentistas. Para encontrar uma solução, será utilizada uma análise qualitativa tendo em conta o número de notícias produzidas ao longo dos meses a partir de janeiro que depois será comparada com o número de peças elaboradas durante o mês de dezembro. A segunda questão que me proponho estudar é perceber se foi ou não dado destaque aos acontecimentos de vertente independentista na Escócia e na Irlanda do Norte. A resposta será encontrada, novamente através de uma análise numeral, em relação às variáveis género jornalístico e autor. Nesta avaliação é esperado encontrar reportagens, notícias, artigos de opinião, entre outros géneros e, numa análise mais aprofundada, espera-se concluir se existiu destaque e interesse suficiente para as peças serem assinadas por jornalistas «da casa».

Já na categoria referente à análise interna, as perguntas que se procura responder são as seguintes: qual a temática a que os jornais de referência portugueses deram uma maior atenção ao elaborar peças relacionadas com a Escócia e a Irlanda do Norte? Através desta pergunta, o que se pretende perceber é se realmente os movimentos independentistas foram algo a que os jornalistas tomaram atenção ou se existia outra temática que se sobrepunha. Para encontrar resposta, a metodologia de análise a utilizar vai ser a qualitativa numa vertente numérica uma vez que esta permitirá notar se existe alguma

saliência no número de peças elaboradas consoante o tema. Segue-se a pergunta referente aos principais atores políticos/protagonistas, ou seja, o que se pretende perceber é se ao produzir uma peça sobre o desejo independentistas na Escócia o foco de atenção está nos políticos britânicos. Relativamente a esta questão a análise a utilizar será novamente a qualitativa com duas vertentes: em primeiro lugar, numeral no sentido de perceber quem são os principais protagonistas; em segundo, essa pergunta será também analisada com base no conteúdo uma vez que a utilização de um protagonista como Boris Johnson em artigos referentes aos movimentos independentes escoceses ou norte-irlandeses pode ser tendenciosa. Seguidamente, o que também se pretende responder é se existiu ou não o uso de uma imagem para representação visual do que foi escrito. Semelhante à questão anterior, os métodos de análise a utilizar são tanto quantitativos como qualitativos. Num primeiro momento, o que se pretende é responder se as peças têm uma imagem representativa. Depois, a nível qualitativo, tendo em conta que num contexto de cibermeios a imagem é o que chama a atenção da audiência e possibilita uma primeira impressão do que foi escrito, importa perceber que tipo de imagens foram utilizadas e se essas mostram algum tipo de tendência. Semelhante ao que foi referido anteriormente, o objetivo é entender se as imagens que acompanham o que foi escrito sobre os movimentos independentistas são de perspectiva britânica ou nacionalista. Por último, tendo em conta uma das conclusões do estudo *Interested but not Engaged: How Europe's Media Cover Brexit* sobre os jornais europeus não se mostrarem tendenciosos e limitarem-se a reportar factos, pretende-se perceber se os jornais portugueses seguem o mesmo padrão. Isto significa que vai ser feita exclusivamente uma análise qualitativa sobre os textos elaborados sendo que o que se pretende perceber é se existiu algum tipo de tendência ao utilizar expressões favorecedoras para algum dos lados: europeísta, pró-independência ou anti-independência.

A importância da utilização deste tipo de metodologia está ligada às conclusões que serão possíveis de tirar. Resumidamente, a análise qualitativa numérica permitirá, no contexto desta dissertação, elaborar um cenário para as questões que se procuram estudar tendo por base as variáveis e/ou identificar algum tipo de tendência e apresentar os dados de forma clara e concisa tendo por base a estatística. Por outro lado, a análise mais qualitativa, utilizada na análise do conteúdo da mensagem presente na notícia, permite tirar conclusões acerca do tipo de jornalismo que é feito e se existe algum tipo de tendência por parte do jornalista que redige a notícia.

3.3 Corpus de Análise

Para proceder à análise da cobertura jornalística dos movimentos independentistas no Reino Unido, no período pós-Brexit, a escolha recaiu nas notícias online editadas por três jornais de referência portugueses, o *Expresso*, o *Público* e o *Diário de Notícias*, no período de 1 de dezembro 2020 a 10 de maio de 2021. Assim, neste ponto, é importante notar que a escolha dos jornais de referência generalistas se deveu, como atrás referi, ao facto de estes terem um lugar destacado não só na influência que exercem sobre as elites (Mesquita, 1994), como na informação veiculada por outros órgãos de comunicação social (Zamin, 2014). Ao mesmo tempo, nestes existe uma linha orientadora que transmite ao leitor qualidade nas informações políticas e sociais prestadas, contrariamente ao que acontece nos tabloides cuja informação está mais vocacionada para o entretenimento (Vieira, 2021). Assim, tendo em conta o «contrato de informação» que os jornais de referência prestam estes têm um maior compromisso para transmitir a mensagem com credibilidade (Zamin, 2014). Nesse sentido considereei que uma das formas de avaliar a cobertura desta temática, em Portugal, era abordar estes jornais.

O *Expresso* é um semanário em circulação desde 1973, fundado por Francisco Pinto Balsemão, um ano antes do 25 de abril, que procurou responder ao desejo de reforma presente na ala liberal, durante o marcelismo. Atualmente, este é um dos jornais de referência de maior circulação em Portugal, com uma média de circulação de 56.606 exemplares por ano, com lugar destacado patente nos vários prémios nacionais e internacionais que tem recebido ao longo dos anos. Atualmente, dirigido por João Vieira Pereira, o jornal é parte integrante de um dos maiores grupos de comunicação social portugueses, o Grupo Imprensa, detentor dos canais de televisão *SIC*, da *SIC Notícias*, da *Blitz*, e entre outros. Desde a criação da vertente online, em 1997, o *Expresso* tem investido na criação de modelos de programação diferentes, para transmissão de notícias, como o 2:59 e os podcasts. Nas redes sociais o jornal tem uma presença ativa e conta com 495,1 mil seguidores no Twitter, 263 mil seguidores no Instagram e 759 mil seguidores no Facebook.

O segundo jornal de referência que analisei foi o *Público*, criado em 1990, desde o início com periodicidade diária, pertencente à empresa Público Comunicação Social S.

A., atualmente detida pelo grupo SONAE¹⁸. Atualmente sob a direção de Manuel Carvalho, o jornal apresentou em 2020 uma tiragem média de 13.237 exemplares. Desde 1995 investe na vertente online, sendo, em Lisboa, pioneiro nesta plataforma, destacando-se na aposta inovadora em termos de recursos visuais, nomeadamente na fotografia, infografia e *podcasts*. A nível de redes sociais o *Público* é o segundo jornal com maior adesão, com cerca de 1.185, 434 seguidores no Facebook, 786 mil seguidores no Twitter e 430 mil seguidores no Instagram.

Por último, o *Diário de Notícias*, o jornal diário mais antigo de Portugal, criado em 1864, por Eduardo Coelho. Atualmente, faz parte do grupo Global Media no qual estão inseridos outros órgãos de comunicação social como a *TSF*, o *Jornal de Notícias*, entre outros. Este jornal foi em Lisboa, logo a seguir ao jornal Público, um jornal que se destacou no online, desde 29 de dezembro de 1995. Derivado dos problemas financeiros desde 2018 até 2021 o jornal funcionou como diário apenas nos meios online e a edição impressa saía apenas aos domingos, com uma tiragem média semanal de 3.564 exemplares, em 185.328 exemplares por ano. Com a reformulação do jornal em 2021, este voltou a ter uma versão impressa diária nas bancas. Apesar dos seus problemas financeiros, que levaram a um despedimento coletivo em 2020, é o jornal com maior força no Facebook com cerca de 1.336,153 seguidores perdendo a liderança no Twitter e Instagram com 210 mil e 83.2 mil, respetivamente. Apesar da sua adesão precoce ao online, um dado que é necessário apontar é o seu atraso comparativamente aos dois concorrentes previamente mencionados. Para realização da presente dissertação, a pesquisa de artigos em arquivo virtual foi extremamente dificultada pela arcaica construção do *website* que não permite a opção de organização de artigos por datas ou até a ordenação por ordem cronológica. Ao mesmo tempo, quando esta opção está presente, não existe a inclusão de todos os artigos sobre a temática, com as palavras-chave selecionadas.

Assim, surge a questão relativa ao *Diário de Notícias*: porquê a sua inclusão? Embora com algumas dificuldades, o *Diário de Notícias* continua a ser, para o setor mais moderado da sociedade portuguesa, um jornal com capacidade de influenciar, em grande parte devido aos seus colonistas de renome, políticos e jornalistas, como por exemplo Assunção Cristas e Pedro Marques Lopes. Nesta escolha, segui, ainda, o critério

¹⁸ Fonte: <https://www.publico.pt/nos/estrutura-accionista>. Site *Público* [visualizado a 6 setembro 2021]

de outros académicos nomeadamente Jorge Pedro de Sousa (2005), que refere estes três jornais *Público*, *Expresso* e *Diário de Notícias*, como exemplos de jornais de referência portugueses.

A escolha de estudar, exclusivamente, as edições *online* destes jornais resultou da ponderação de vários fatores. Em primeiro lugar, dadas as condições excecionais provocadas pelo vírus SARS-Cov-2, o acesso a centros de documentação, para consulta dos exemplares impressos foi dificultado. Em segundo lugar, considerei a importância crescente da imprensa online, em grande medida devido à pandemia. De acordo com os dados apontados da APCT, o digital teve uma tendência de crescimento. O *Expresso* viu a circulação digital aumentar cerca de 53% face a 2019¹⁹, quanto ao *Público* esse aumento foi maior com um crescimento de 96%²⁰ e relativamente ao *Diário de Notícias* esse aumento foi ainda maior com uma superior aos 100%²¹.

Em terceiro lugar, tive presente o atual ambiente mediático marcado pela convergência e a hipertextualidade. Em particular, esta era uma forma de avaliar o ciberjornalismo e as suas potencialidades, para o qual alguns autores chamaram a atenção sobre as possibilidades de trazerem uma maior contextualização noticiosa (Pavlik, 2001). Não obstante, tive presente o estudo realizado por Helder Bastos, sobre o ciberjornalismo português, entre 1995 e 2015, que concluiu: “Em vez de encararem a Web como um novo meio para desenvolver novas formas narrativas, as empresas jornalísticas tradicionais viram-na sobretudo como uma nova ferramenta para distribuir conteúdos, produzidos originalmente para outros formatos” (Bastos, 2015:13). Isto significa que a minha recolha das notícias através de meio online nunca ficaria aquém da edição impressa.

Por último, mas não de menor importância, esta escolha deveu-se ao facto do ambiente digital ser marcado pela imersividade e interatividade, que entre outros aspetos facilita a instantaneidade da produção de conteúdos, isto é, em comparação com a imprensa escrita que tem um determinado tempo e espaço, a imprensa online está disponível para a partilha de informação durante as 24 horas diárias e todos os dias da

¹⁹ Fonte: <https://www.meiosepublicidade.pt/2021/02/apct-expresso-resiste-num-ano-imprensa-fustigada-pela-pandemia/>. Notícia do *Meios e Publicidade* [visualizada a 26 de setembro 2021]

²⁰ Fonte: <https://www.meiosepublicidade.pt/2021/02/apct-expresso-resiste-num-ano-imprensa-fustigada-pela-pandemia/>. Notícia do *Meios e Publicidade* [visualizada a 26 de setembro 2021]

²¹ Fonte: <https://www.meiosepublicidade.pt/2021/02/apct-expresso-resiste-num-ano-imprensa-fustigada-pela-pandemia/>. Notícia do *Meios e Publicidade* [visualizada a 26 de setembro 2021]

semana. Aliado a este ponto está a ligação RSS que existe entre as empresas de media e as agências noticiosas, isto é, através do meio online a notícia avançada por uma agência entra diretamente no *feed* da empresa jornalística.

Centrando agora a questão no período escolhido para análise, entre 1 de dezembro 2020 e 10 de maio de 2021, este obedeceu a duas preocupações. Em primeiro lugar, tendo como objetivo o estudo da cobertura dos movimentos independentista pós-Brexit, tinha duas opções: podia analisar a partir da data oficial de saída do Reino Unido da União Europeia, isto é, 31 de dezembro 2021; ou, podia recuar ao período imediatamente anterior de forma a obter um ponto de comparação que me permitisse ponderar, com maior precisão, o valor atribuído a esta temática na imprensa portuguesa, na fase de intensa negociação das condições de saída. Foi esta a opção que tomei recuando ao primeiro dia de dezembro. E lembro, como atrás referi, que não existem trabalhos sobre a cobertura do Brexit em Portugal, assim, esta seria uma forma de contornar esta lacuna. Quanto à data de finalização de recolha de dados, 10 de maio, esta data resulta, de procurar integrar na minha análise uma circunstância previsível de retoma do assunto independentista, tratou-se assim de estender até dois dias após as primeiras eleições regionais, no Reino Unido, do período pós Brexit.

Por fim, convém referir que procurei encontrar um ponto de referência jornalístico que me permitisse a ponderação dos dados recolhidos. Nesse sentido optei por integrar a análise do jornal de referência britânico, o *The Guardian*, devido à sua pluralidade na cobertura que faz dos acontecimentos em todas as Nações constituintes do Reino Unido a que se juntou um outro atributo importante, o acesso gratuito aos conteúdos publicados. Atualmente conhecido como *The Guardian*, este jornal foi fundado em 1821 com o nome *The Manchester Guardian*. Fundado por John Edward Taylor, este diário hoje faz parte do Guardian Media Group juntamente com o *The Observer* e o *The Guardian Weekly* que é detido pelo Scott Trust Limited que, em 2008, veio substituir o Scott Trust. A criação desta empresa “mãe” foi feita com o objetivo de manter a independência política e económica, ao mesmo tempo que salvaguarda a liberdade dos jornalistas para procurar estórias dos mais diferenciados espectros políticos. Em 1999, o jornal adotou o domínio eletrónico pela primeira vez e é, desde 2001, após os ataques do 11 de setembro, um dos sites de notícias mais acedidos no mundo. Depois de vários anos com perdas e prejuízos financeiros, em 2014, o jornal estabeleceu um esquema de subscrições e donativos que,

em 2018, foi considerado um sucesso por ter chegado a um milhão de leitores²². A partir desse ano o jornal começou a seguir um formato de tabloide com o objetivo de cortar custos de impressão. Apesar dessa mudança, várias sondagens, mostraram que, na visão dos leitores, a qualidade do jornal não tinha diminuído, principalmente a nível online²³, e que este continua a ser amplamente confiado²⁴. Esta qualidade é possível de ser notada através dos seguidores nas redes sociais: 8.6 milhões no Facebook, 9.9 milhões no Twitter e 4,6 milhões no Instagram. A nível dos exemplares vendidos, não é possível encontrar dados atualizados uma vez que o jornal foi um dos que optou por não revelar esses números porque, de acordo com a direção, o foco deve ser dado a outras métricas²⁵.

Por último, convém realçar que no período analisado, entre 30 de março e 10 de abril, surgiram manifestações na Irlanda do Norte, que degeneraram em violência em várias cidades, inicialmente em Derry, alastrando-se para Belfast, Carrickfergus, Ballymena e Newtownabbey. Estes incidentes permitiram que outros valores notícia pudessem ser operacionalizados, nomeadamente: o valor notícia da frequência, estudado por Galtung e Ruge, que define que se um evento que se desenrolar ao longo do tempo apenas será noticiado quando tiver atingido algum ponto importante; e o valor notícia da consonância, referido tanto no estudo de Galtung e Ruge como de Ericson, Baranek e Chan, que se refere a um novo acontecimento que se encaixa numa ideia velha.

3.3. Distribuição Qualitativa das Peças Jornalísticas

3.3.1 - Análise geral dos dados

Com o intuito de realizar o estudo de caso, foram analisadas as peças jornalísticas produzidas pelos três jornais de referência portugueses. Numa primeira abordagem foram contabilizadas todas as peças jornalísticas que recaíam sobre o Reino Unido, quer

²² Fonte: [Katharine Viner: 'The Guardian's reader funding model is working. It's inspiring' | Membership | The Guardian](#). Notícia do *The Guardian* [visualizado a 5 de outubro 2021]

²³ Fonte: <https://www.campaignlive.co.uk/article/guardian-trusted-sun-least-trusted-online-news-brand-pamco-reveals/1492881>. Notícia do *Campaignlive* [visualizado a 27 setembro 2021]

²⁴ Fonte: <https://www.theguardian.com/media/2018/dec/17/guardian-most-trusted-newspaper-in-britain-says-industry-report>. Notícia do *Campaignlive* [visualizado a 27 setembro 2021]

²⁵ Fonte: [Vários jornais ingleses restringem acesso aos dados da circulação impressa paga - Meios & Publicidade - Meios & Publicidade \(meiosepublicidade.pt\)](#). Notícia do *Meios e Publicidade* [visualizado a 5 de outubro 2021]

integrassem, ou não, a temática relativa aos movimentos independentistas. Dentro desta recolha resultou um total de 238 artigos publicados pelos jornais em análise. Foi possível uma primeira constatação: uma muito desigual distribuição de notícias pelos meses analisados. O mês de dezembro destacou-se dos restantes meses, com um total percentual de 58% dos artigos publicados.

O número de peças produzidas, pelos três jornais analisados, foi, em quatro meses e dez dias, entre 1 de janeiro e 10 de abril de 2021, 99 artigos, um número substancialmente inferior ao mês de dezembro, que apresenta um total de 139 publicações. A explicação encontrada para esta situação está relacionada com o facto do mês de dezembro ser a reta final para a União Europeia e o Reino Unido encontrarem um acordo comercial favorável a ambos lados antes da saída oficial prevista para 31 de dezembro de 2020. Assim, é possível explicar que esta diferença entre dezembro e os meses posteriores revela uma cobertura extensiva dos jornais portugueses sobre os avanços e recuos ao longo destas negociações.

Tendo em conta os valores observados atrás, torna-se relevante fazer uma análise mais detalhada da distribuição dos 99 conteúdos jornalísticos produzidos ao longo dos primeiros meses de 2021.

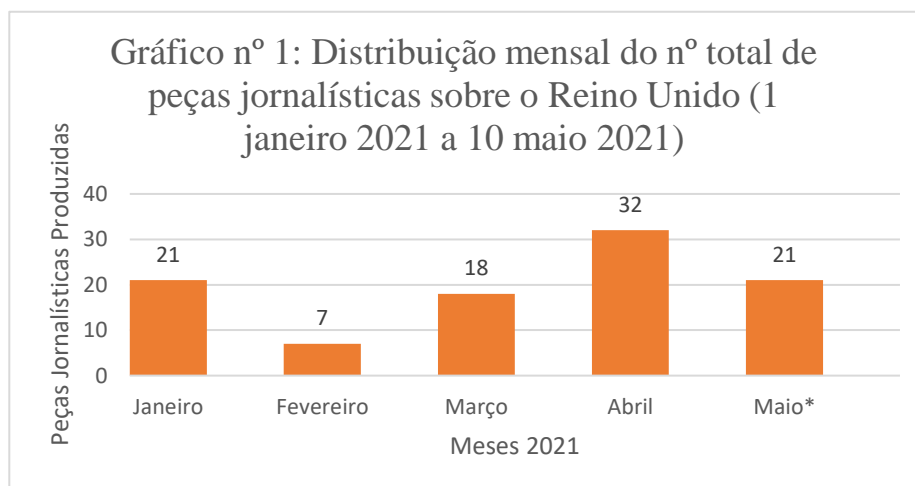


Figura 1 Fonte: Expresso online, Público online, Diário de Notícias online (*mês de maio é referente apenas aos primeiros dez dias)

Do gráfico 1 são de realçar duas observações, em primeiro lugar, embora o mês de abril apresente o maior número de peças jornalísticas (31 artigos), é o mês de maio, que apenas inclui 10 dias, aqueles que despertou maior cobertura nos jornais analisado,

confirmando-se o interesse da imprensa portuguesa pelas eleições na Escócia. Não obstante, o mês de abril, também de destacar, devido às manifestações violentas que ocorreram na Irlanda do Norte de final de março a 10 de abril, que mais à frente tratarei. A escassez de peças no mês de fevereiro, pode, eventualmente, resultar do agravar da crise pandémica em Portugal, que terá resultado numa tendência para valorizar os acontecimentos internos.

Tendo em conta estes valores, é necessário perceber qual o lugar ocupado pelos movimentos independentistas na cobertura feita pelos jornais portugueses para, desta forma, tirar uma primeira conclusão sobre se os jornais portugueses deram ou não destaque a esta temática. Assim, das 99 peças jornalísticas produzidas durante o período analisado, 1 de janeiro a 10 maio de 2021, 36 não são referentes nem à Escócia nem à Irlanda do Norte. Isto significa que sobra uma amostra de 63 conteúdos que são ainda divididos entre «Escócia» (31 artigos), «Irlanda do Norte» (29 artigos) e «Escócia e Irlanda do Norte» (3 artigos). Dentro destas categorias é ainda necessário fazer uma nova divisão uma vez que existem notícias que embora sejam referentes às duas Nações, não têm diretamente a ver com os movimentos independentistas, tal como pode ser observado na tabela 1.

	Total de peças jornalísticas sobre a Escócia e a Irlanda do Norte entre 1 janeiro e 10 maio 2021	Movimentos Independentistas	Total de peças jornalísticas sobre o Reino Unido entre 1 janeiro e 10 de maio 2021
Escócia	31	27	
Irlanda do Norte	29	28	
Escócia e Irlanda do Norte	3	3	
Total	63	58	99

Tabela 1 Total do número de notícias produzidas sobre a Escócia e a Irlanda do Norte e, mais especificamente, sobre os movimentos independentistas. Fonte: Diário de Notícias online, Expresso online, Público online

É possível ainda observar que dos 63 artigos produzidos, apenas 58 são referentes aos movimentos independentistas. Deste total, 27 conteúdos recaem sobre os assuntos relativos à Escócia e 28 referentes à Irlanda do Norte. A estes juntam-se 3 peças, que tratam dos movimentos independentistas nas duas Nações e os problemas que poderiam vir a surgir com a saída do Reino Unido da União Europeia. Destes conteúdos produzidos é ainda possível fazer uma distinção entre as temáticas que foram abordadas ao longo dos meses. No caso escocês, o que foi publicado teve sempre uma temática política (27 artigos) uma vez que, tal como foi observado no Capítulo 2, o movimento independentista é protagonizado pela elite política institucionalizada. O oposto acontece na Irlanda do Norte, neste caso, os movimentos independentistas estão enraizados em clivagens de diferente natureza, tanto de carácter sociocultural (catolicismo contra protestantismo) como de carácter político-institucional (republicanos contra unionistas). Neste sentido, nesta Nação foi possível contabilizar 9 artigos publicados com a temática sociedade, 9 artigos sobre a temática política e mais 9 sobre a temática manifestação. Neste último caso, a inclusão desta temática deve-se à génese da manifestação que durou desde 29 de março até 10 de abril. Isto é, tendo em conta a separação da sociedade entre unionistas e republicanos, foi a revolta unionista contra o acordo do Brexit, entre outros fatores, que levaram às manifestações. De notar ainda que, tal como o esperado, o mês de abril teve uma maior produção de conteúdo relativamente às questões político-sociais na Irlanda do Norte (9 artigos). Já no caso escocês a temática política e independentista teve uma maior cobertura em janeiro com 11 peças, e em maio, com igual número.

3.3.2 - Produção Jornalística

Concluída a apresentação dos números gerais, torna-se necessário responder à seguinte questão: existem diferenças de cobertura entre os jornais analisados?. Para o fazer, é necessário ter em atenção que, tal como vimos anteriormente, a amostra ficou reduzida a 58 peças jornalísticas e serão apenas estas as analisadas em maior profundidade.

Gráfico Nº 2: Total de peças jornalísticas sobre movimentos independentistas, por jornal (1 janeiro a 10 de maio)

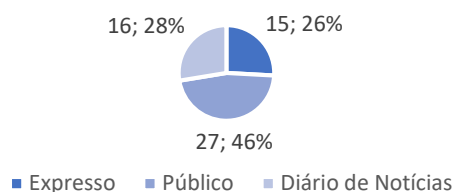


Figura 2 Fontes: Público online; Diário de Notícias online; Expresso online.

Como é possível observar no gráfico nº 2, observa-se uma clara diferença entre os três jornais de referência portugueses. Com um total de 27 peças jornalísticas produzidas, o *Público* foi o jornal que fez uma maior cobertura dos movimentos independentistas. Segue-se o *Diário de Notícias* e o *Expresso* com uma percentagem de 28% e 27% respetivamente. Contrariamente ao esperado, o *Expresso* foi o jornal que fez uma menor cobertura sobre a temática que nos propusemos estudar. No entanto, sendo este jornal um semanário que mantém uma edição impressa semanal, é provável que esta periodicidade influa na sua produção jornalística, nomeadamente pela permanência de rotinas menos marcadas pela urgência do ciclo diário. Não obstante, tal como pode ser observado pelo gráfico 3, é relevante notar que no contexto geral da amostra, isto é, nos 238 artigos publicados desde dezembro até maio, este jornal fez uma cobertura superior ao *Público* e ao *Diário de Notícias*. Neste sentido, é possível perceber que a falta de cobertura do *Expresso* parece relacionar-se com a temática específica deste estudo e não com a falta de investimento nos assuntos relativos ao Reino Unido, deste jornal.

Gráfico Nº 3: Total de peças jornalísticas sobre o Reino Unido (1 dezembro 2020 a 10 maio 2021)

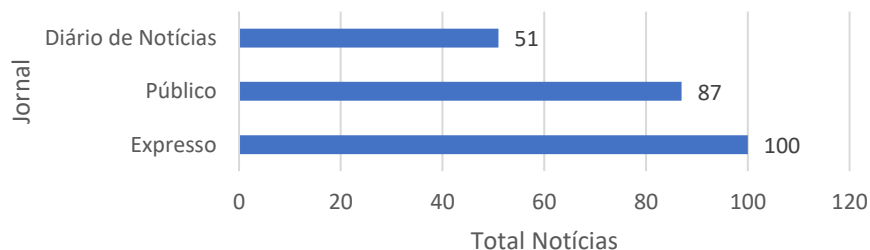


Figura 3 Fonte: Público online; Diário de Notícias online; Expresso online

Expostos os números gerais relativos ao número de artigos que cada jornal produziu, segue-se uma segunda pergunta sobre os dados recolhidos: quais os géneros jornalísticos mais utilizados para a cobertura dos movimentos independentistas?. A resposta a esta pergunta permitirá compreender o grau de investimento destes na cobertura deste assunto.

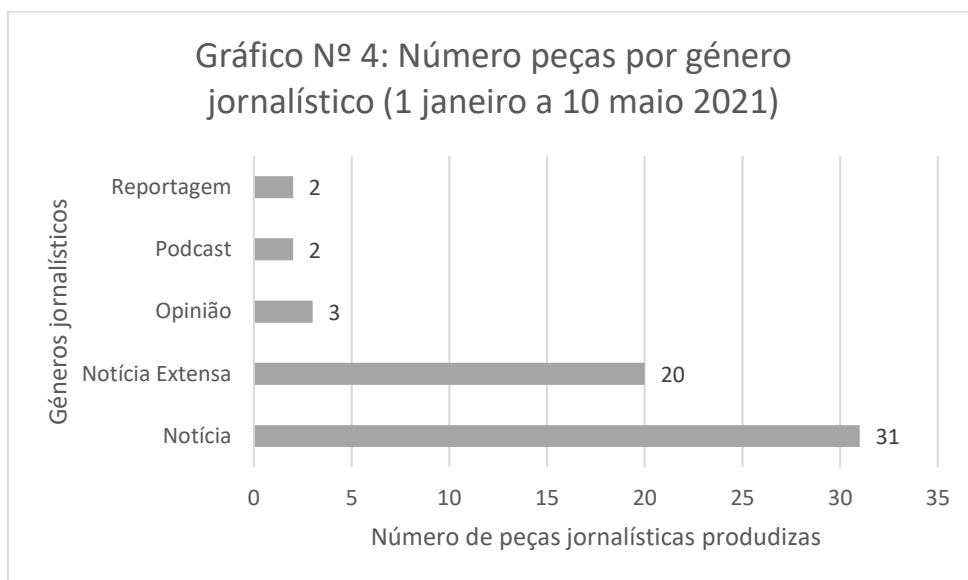


Figura 4 Fonte: Público online; Diário de Notícias online; Expresso online.

Segundo o gráfico 4, a maior parcela dos artigos publicados (54%) recai no género de notícia. Isto significa que, em grande parte, estas peças jornalísticas não desenvolvem a informação e seguem um formato mais estandardizado, com recurso à pirâmide invertida (Traquina, 2002). Já a notícia extensa apresenta uma presença com uma percentagem inferior de 34% com texto mais longo que implica um maior conteúdo explicativo sobre o assunto, ou seja, não se limita apenas a reportar o acontecimento, mas acrescenta factos secundários construindo um enquadramento do que passou. Numa redação a elaboração de uma notícia extensa obriga a uma maior investigação por parte do jornalista, ou seja, acaba por ser um género jornalístico mais dispendioso em termos temporais e financeiros. No caso das reportagens foram elaboradas apenas duas (3%): uma em Belfast, produzida pelo Expresso no período da manifestação violenta e a outra em Edimburgo, produzida também pelo Expresso aquando das eleições na Escócia. Por último, os artigos de opinião e os podcasts apresentam uma percentagem muito inferior, 5% e 3% respetivamente.

Mas existem diferenças entre os jornais da nossa amostragem, no recurso aos diferentes géneros jornalísticos? Os dados, que podem ser encontrados no gráfico 5 são claros.

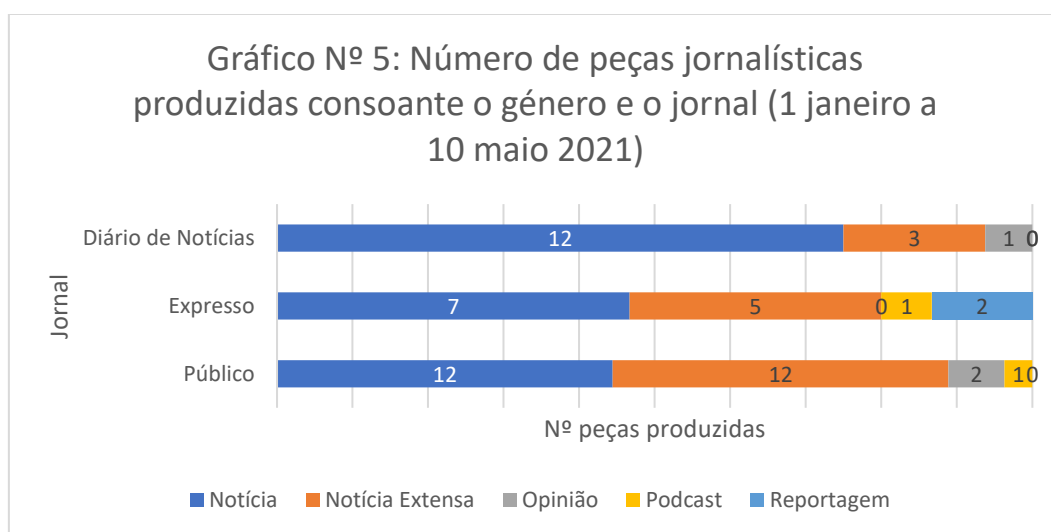


Figura 5 Fonte: *Diário de Notícias online, Público online e Expresso online*

De acordo com o gráfico 5, é possível constatar que o *Público* e o *Expresso* apresentam um número significativo de notícias extensas, ou seja, demonstram interesse no aprofundamento da temática analisada. Um segundo dado que salta à vista é que a cobertura feita pelo *Diário de Notícias*, contrariamente ao *Público* e ao *Expresso*, tende a valorizar o género notícia. Tendo em conta os problemas financeiros do *Diário de Notícias*, cuja direção se viu obrigada a cortar nas despesas²⁶ e, por conseguinte, a despedir vários trabalhadores, é presumível que o uso mais generalizado do género notícia decorra da economia de recursos que este permite. Como tal, o número de profissionais presente na redação diminuiu ao mesmo tempo que os acontecimentos, noticiáveis e a exigir aprofundamento, se mantêm. A falta de recursos humanos torna-se particularmente visível na cobertura de temas internacionais.

Após esta abordagem genérica sobre o número de artigos que cada jornal produziu e qual o seu género, é indispensável compreender quem escreveu esses conteúdos em cada um dos jornais. Neste sentido, a amostra de 58 peças foi analisada e dividida em dois grupos: com origem na redação e agência. Dentro do primeiro grupo estão inseridos todos os conteúdos com origem na redação, subdividido em assinadas, jornalistas da

²⁶ Fonte: <https://expresso.pt/economia/2020-10-30-Proprietaria-do-DN-e-JN-avanca-com-despedimento-coletivo-de-81-trabalhadores-1>. Notícia do *Expresso* [visualizada a 1 outubro 2021]

redação, jornalistas em colaboração com agências, colaboradores externos (onde estão inseridos os artigos de opinião e/ou podcasts). No segundo grupo estão inseridos os conteúdos produzidos pelas várias agências.

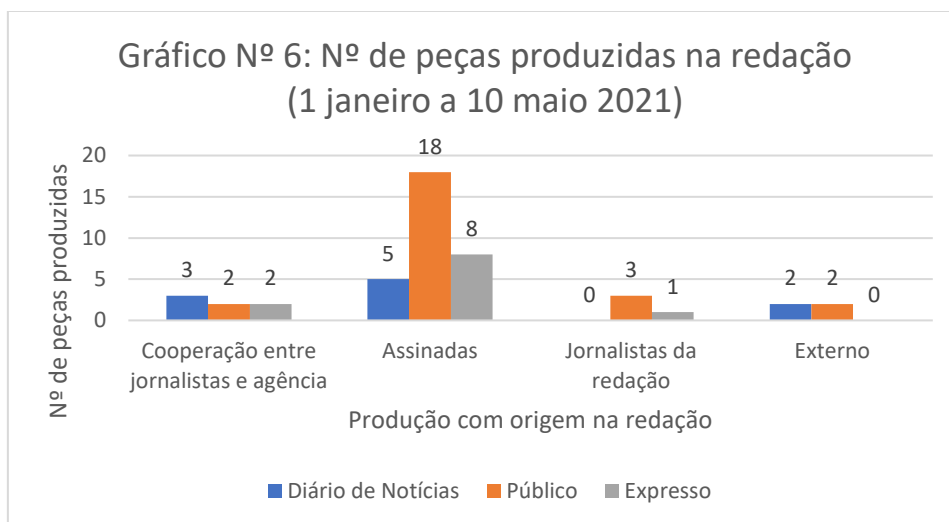


Figura 6 Fonte: Público online; Diário de Notícias online; Expresso online

De acordo com o que é possível observar no gráfico 6, o jornal *Público* continua a ser aquele jornal que fez um maior investimento. Neste caso, como é possível verificar, o número de artigos publicados e assinados por jornalistas é muito superior ao número de artigos não assinados. No total de 27 notícias produzidas apenas pelo *Público*, 18 destas são assinadas, de destacar que a maioria destes artigos (10) são assinados pelo jornalista António Saraiva Lima. Dentro das restantes, três foram produzidas por jornalistas da redação, duas foram produzidas em cooperação com agência e outras duas foram produzidas por podcast. Dentro do universo mais pequeno do *Expresso*, as notícias assinadas são apenas oito e, também neste caso é de destacar não apenas um, mas dois jornalistas: Ana França e Pedro Cordeiro. Neste jornal encontra-se ainda a produção de duas peças em cooperação com agências e uma elaborada por jornalistas da redação. Relativamente ao *Diário de Notícias*, das cinco notícias com autor, estas foram unicamente produzidas por dois jornalistas: César Avó e Susana Salvador. Outras três notícias foram produzidas por jornalistas da redação em cooperação com agências e dois artigos foram publicados através de artigos de opinião.

Tendo em conta o gráfico 6, refira-se ainda o pequeno número de artigos de opinião, apenas dois, e de podcasts, os restantes dois, o que faz a totalidade das 4 peças produzidas por fonte “externa”. De acordo com os dados o *Expresso* é o único jornal que

não tem nenhuma peça deste género jornalístico enquanto o *Público* e o *Diário de Notícias* têm duas cada um. A falta de expressão deste género parece apontar para a falta de atualidade, no debate político português, da temática analisada.

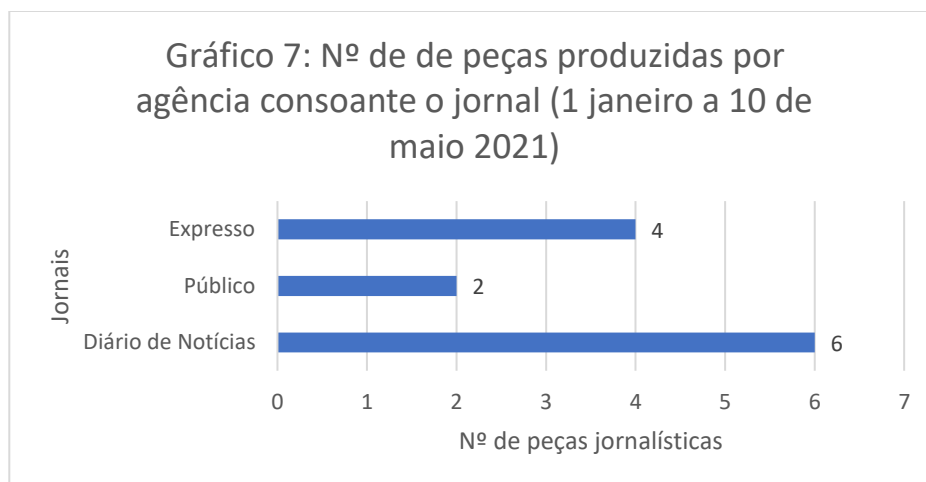


Figura 7 Fonte: *Público online, Diário de Notícias online, Expresso online.*

Levando em consideração os dados do gráfico 7, é possível ainda perceber que o jornal *Público* foi o jornal que aparentemente teve uma menor dependência das agências de notícias. No universo total de 27 peças que este jornal produziu, apenas 2 artigos foram publicados unicamente por agência, o que equivale a uma percentagem de 7%. No caso do *Expresso*, tal como é possível observar no gráfico 7 esta dependência das agências é maior a rondando os 27%. Já no último caso, é possível observar pelos dois gráficos 6 e 7 que a maioria das peças disponíveis, no jornal *Diário de Notícias*, 56%, são produzidas por agência e cooperação entre jornalistas e agência. Outro dado que deve ainda ser destacado, embora não seja o foco central deste estudo, é que o jornal *Público* foi o que mais utilizou agências de notícias internacionais como a *Reuters*, todos os outros citaram a agência de notícias portuguesa, a *Lusa*.

É possível assinalar que o *Público* é o jornal que, proporcionalmente, tem uma maior representação das peças produzidas por autor (67%) ao qual se segue o *Expresso* (53%). Já no caso do *Diário de Notícias* essa representação não vai além dos 31%. Quanto às notícias produzidas por agência, o *Público* é o jornal menos dependente, distinguindo-se, claramente, do *Diário de Notícias*. No caso do jornal *Expresso*, as peças noticiosas de agências surgem equilibradas face às produzidas pela redação do jornal.

3.3.3. Cobertura Realizada

Mas, quais os assuntos cobertos pelos jornais analisados que integram informações sobre o movimento independentista no Reino Unido? Para encontrar uma resposta, foi tido em consideração os assuntos que surgiram não apenas nos jornais portugueses, mas também, como termo de comparação, no jornal *The Guardian*²⁷. Neste sentido, embora as peças analisadas integrem a temática dos movimentos independentistas, tal como já referido atrás, o assunto principal das mesmas pode variar. Tendo em conta a variedade de assuntos, os conteúdos analisados foram divididos em dois gráficos: um pertencente à Escócia e outro pertencente à Irlanda do Norte.

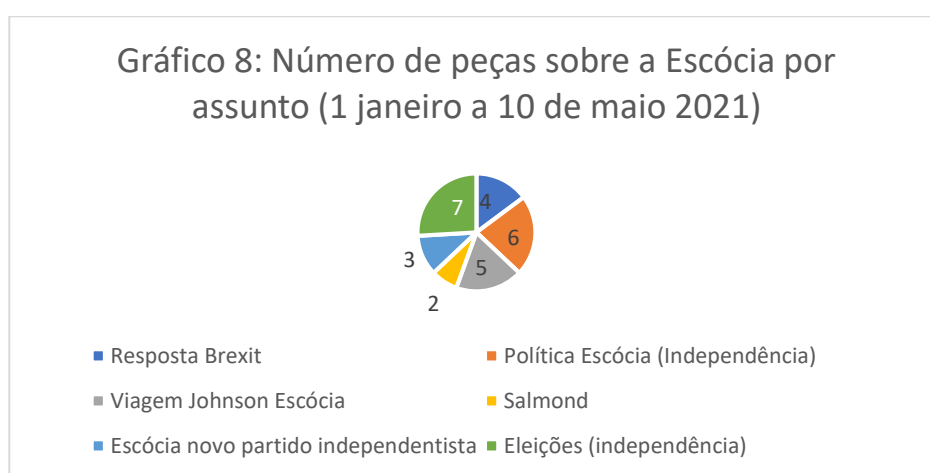


Figura 8 Fonte: *Diário de Notícias online, Público online, Expresso online.*

De acordo com o que pode ser observado no gráfico 8, na cobertura feita da Escócia, os jornais portugueses tiveram um maior interesse nos assuntos referentes às eleições (7 artigos), logo seguido das questões políticas ligadas à independência (6 artigos). Também é relevante notar a extensa cobertura que foi feita da viagem de Boris Johnson, primeiro-ministro britânico, à Escócia, com a elaboração de 5 peças sobre esta curta viagem. Em contrapartida, a cobertura feita sobre o novo partido independentista escocês Alba (3 peças), sobre Salmond (2 peças) ou a reação política da primeira-ministra escocesa, Nicola Sturgeon, ao Brexit (4 peças) foi muito inferior.

²⁷ Uma tabela com essa informação pode ser encontrada em anexo [tabela 2].

Gráfico 9: Nº de peças sobre a Irlanda do Norte por assunto (1 janeiro a 10 maio 2021)

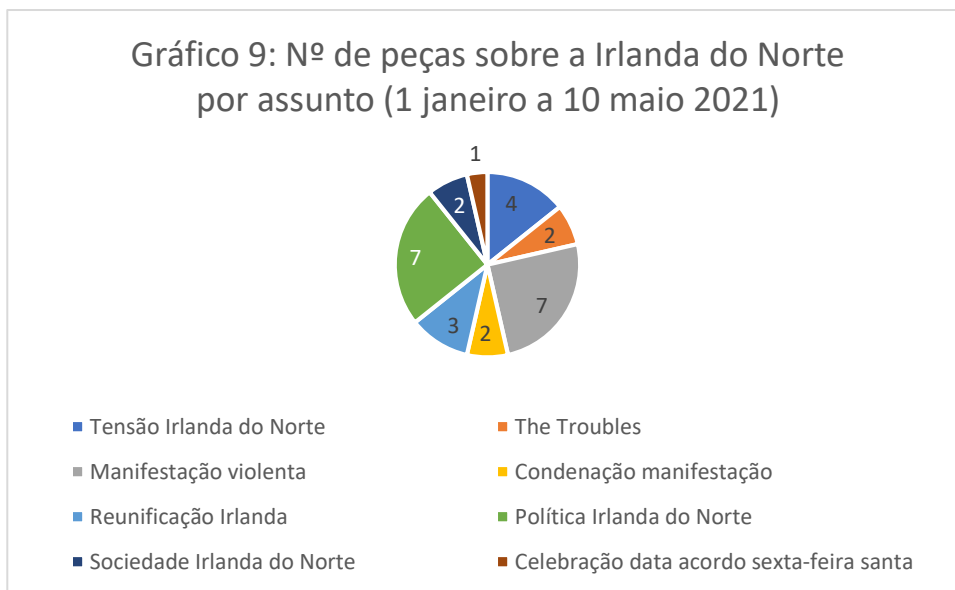


Figura 9 Fonte: Diário de Notícias online, Público online, Expresso online.

Relativamente à Irlanda do Norte, tal como demonstrado no gráfico nº 9, é possível notar que os dois assuntos que tiveram uma maior cobertura foram: a política interna norte-irlandesa e a manifestação prolongada de março a abril, já atrás referida (7 conteúdos produzidos cada categoria). Porém, é importante ressaltar que de um total de 12 noites de confrontos violentos na Irlanda do Norte, os jornais portugueses apenas publicaram sete artigos sobre os mesmos. E, embora, o início do distúrbio tenha começado a 30 de março, só a 3 de abril a tensão foi noticiada pelos jornais analisados com recurso a agência. Relativamente à tensão que vinha em crescendo, na Irlanda do Norte, desde janeiro, foram elaborados apenas 4 artigos, que, não previam, nem alertavam para o que veio a suceder. Quanto aos restantes assuntos, apenas surgiram após a manifestação violenta de março e abril. Só então foi feita referência ao que foram os *The Troubles* e quais os problemas que podiam advir da separação causada pelo Brexit.

Embora a primeira vez que a notícia sobre a manifestação, que degenerou em violência na Irlanda do Norte, seja apresentada nos jornais portugueses a 3 de abril, essa data foi também quando o jornal *The Guardian* a noticiou. Nesse caso, pode-se considerar que não existe um atraso na transmissão da informação. Porém, enquanto este jornal britânico fez, nos dias seguintes, uma cobertura acentuada da temática, tal como pode ser observado no gráfico 10, os jornais portugueses apenas prosseguiram a cobertura passado mais dois dias (5 abril). De notar ainda que o homónimo britânico prosseguiu com uma cobertura exhaustiva ao que se passou na manifestação violenta, mesmo passado três dias da mesma acalmar. Já os jornais portugueses cessaram essa cobertura dia 11. As peças

jornalísticas que se seguiram foram pertencentes a artigos de opinião e/ou cobertura do que foi os *The Troubles* e que procuraram explicar o que se passou no período de 30 de março a 10 de abril.



Figura 10 Fonte: *The Guardian* online

De notar ainda que as restantes três peças que foram produzidos e que se referiam a ambas as Nações, isto é, a Irlanda do Norte e a Escócia, tiveram como temática a questão do pós-Brexit. Por outras palavras, estes artigos procuraram construir uma visão global do que poderia acontecer no Reino Unido após a sua saída da União Europeia.

Mas qual o protagonismo que é dado às entidades nacionais ou a pessoas e/ou instituições externas? Foi realizada novamente uma divisão sobre os protagonistas das peças jornalísticas referentes à Escócia, à Irlanda do Norte e, ainda, os conteúdos relacionados com as duas Nações.

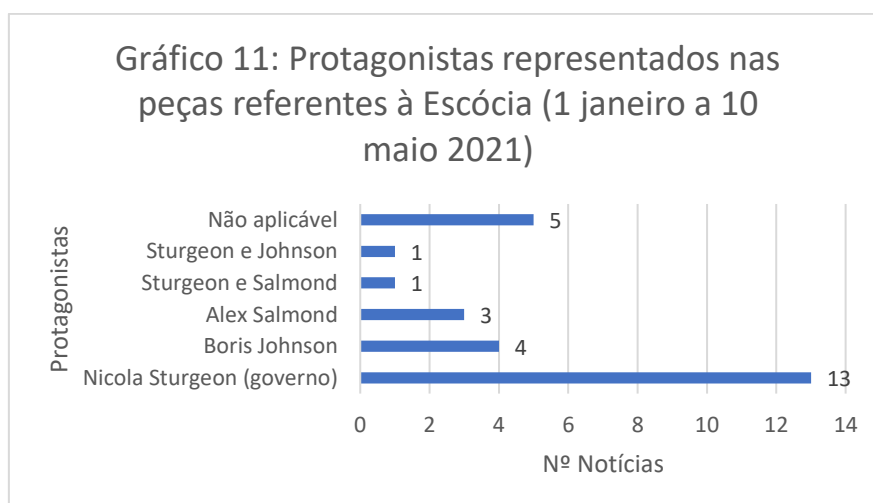


Figura 11 Fonte: *Diário de Notícias* online, *Público* online, *Expresso* online

Tal como é possível observar pelo gráfico 11, aquando da cobertura dos movimentos independentistas na Escócia, a maior fatia do protagonismo é dado à primeira-ministra, Nicola Sturgeon. Neste ponto, vale a pena lembrar que no caso escocês os movimentos independentistas estão representados nas instituições políticas da Escócia. No caso do partido da primeira-ministra, Nicola Sturgeon, o Scottish National Party (SNP), este defende uma Escócia independente, daí a importância de esta surgir como protagonista, em 48% dos conteúdos publicados. Seguidamente a essa percentagem surge a categoria «não aplicável», com 19%, onde estão inseridos os conteúdos que não têm um ator principal como, por exemplo, os podcasts, os artigos de opinião ou até mesmo uma notícia ou reportagem que não tenha evidência de protagonista. Já o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, está presente em 15% das peças analisadas. Isto é, na maioria dos artigos publicados (63%) os protagonistas são políticos escoceses. De realçar que apenas 1 peça trata dos partidos escoceses e nenhuma peça, de nenhum género jornalístico, cobre os escoceses anónimos, sobre a temática analisada. A atenção dos jornais de referência portugueses recai nos protagonistas que ocupam os mais altos cargos institucionais.



Figura 12 Fonte: Diário de Notícias online, Público online, Expresso online

Contrariamente ao que foi possível observar relativamente à Escócia, no caso norte-irlandês a maior fatia, tem como protagonistas os políticos norte-irlandeses, no qual está enquadrada a primeira-ministra Arlene Foster, cujo número de artigos centrados na mesma está nos 3, num total de 7 conteúdos publicados. Boris Johnson, primeiro-ministro britânico, e o governo britânico seguem-se com um total de 5 artigos publicados. Abaixo deste número, é possível notar que a categoria «não aplicável», na qual estão enquadradas

as peças que não têm um protagonista direto, tem um valor de 4 conteúdos produzidos. Com um total de 3 peças produzidas estão as categorias «população norte-irlandesa», «manifestantes» e «instituições europeias». As duas categorias com o número de publicações mais baixas são a «polícia norte-irlandesa» com 2 artigos e «organizações paramilitares» com apenas um artigo. Pela natureza dos acontecimentos ocorridos na Irlanda, as peças jornalísticas valorizam protagonistas mais diversificados.

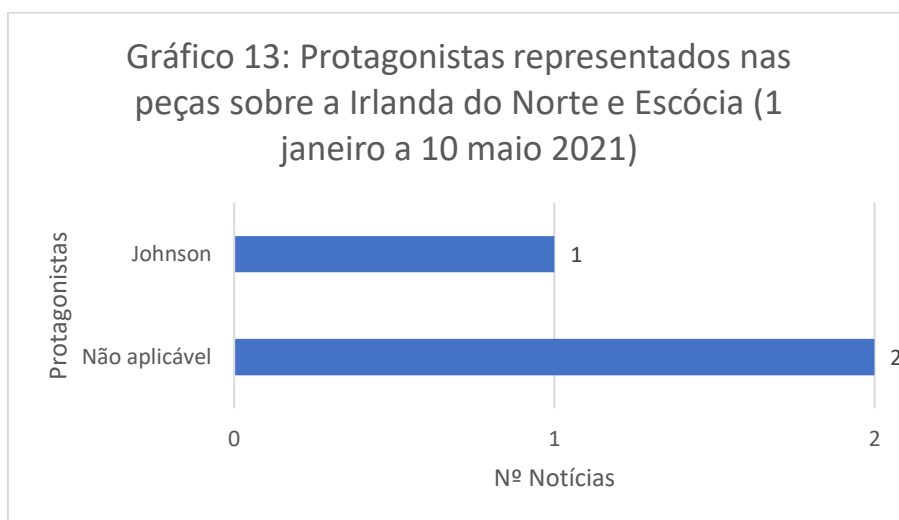


Figura 13 Fonte: Diário de Notícias online, Público online, Expresso online

Tal como pode ser observado através do gráfico 13, nas três peças produzidas referentes tanto à Escócia como à Irlanda do Norte, o presidente britânico, Boris Johnson, foi o protagonista numa dessas peças. As restantes duas não tiveram um protagonista possível de identificar uma vez que se referiam ao que podia acontecer no futuro de ambas as Nações constituintes do Reino Unido.

3.3.4. Tendência

Procurando compreender a qualidade da cobertura dos jornais da amostra, analiso de seguida a inclusão, ou não, de imagens, avaliando, ainda que sem grande profundidade, o conteúdo destas. Darei especial enfoque aos protagonistas das imagens que recolhi.

Tendo em conta o meio que está a ser analisado, o online, onde o conteúdo visual é essencial para captar a atenção da audiência, posso adiantar que os jornais portugueses cumpriram essa necessidade. Isto é, 91% das peças jornalísticas analisadas integravam

imagens, ou seja, apenas 5 não o faziam. Estas são referentes a artigos de opinião e/ou podcasts.

No seguimento desta informação, é pertinente notar que tipo de imagens foram utilizadas, isto é, quem foi o ator visualmente representado ou se as imagens utilizadas foram de uma paisagem e/ou representação de cidadãos anónimos. Assim sendo, para uma visão mais específica foram organizados dois gráficos, um referente à Escócia e outro à Irlanda do Norte.

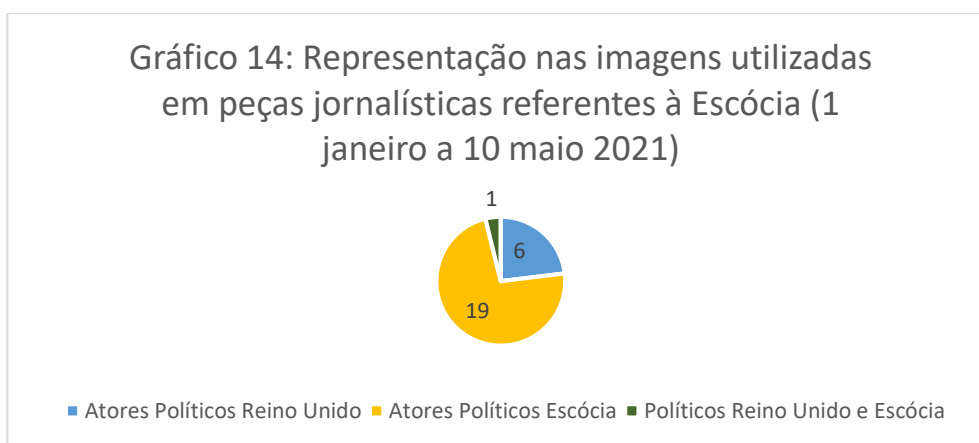


Figura 14 Fonte: Diário de Notícias online, Público online, Expresso online

No caso escocês, gráfico 14, a imagem utilizada foi sempre relativa a um ator político e nunca foram utilizadas imagens com população anónima ou ruas. Para a representação visual dos atores políticos, foram utilizadas maioritariamente fotografias referentes à primeira-ministra escocesa, Nicola Sturgeon e/ou ao seu antecessor, Alex Salmond, num total percentual de 73%. Quanto à representação visual dos políticos britânicos esta foi apenas utilizada seis vezes o que equivale a uma taxa de 23%. Destas seis representações, quatro foram captadas a Boris Johnson durante a visita à Escócia com o intuito de acalmar as pretensões independentistas. A representação de Johnson foi realizada, ainda, uma vez numa peça sobre o futuro do Reino Unido pós-Brexit. De forma excepcional há uma das peças que apresenta o retrato de Mark Drakeford, um representante trabalhista no País de Gales.

Gráfico Nº 15: Representação nas imagens utilizadas em peças jornalísticas referentes à Irlanda do Norte (1 janeiro a 10 maio 2021)



Figura 15 Fonte: Diário de Notícias online, Público online, Expresso online

A Irlanda do Norte distingue-se, uma vez mais, da Escócia, no que respeita às imagens utilizadas nas peças jornalísticas, como se pode observar no gráfico nº15. O primeiro grande dado que é possível salientar é uma maior diversidade nas imagens utilizadas. Em 14 peças, não consta a figura humana, nem de atores políticos, nem de pessoas anónimas, manifestantes, apenas ruas, paisagens e danos materiais resultantes das manifestações. A restante representação visual esteve repartida entre atores políticos norte-irlandeses e do Reino Unido (4 artigos para cada um dos lados), tal como de manifestantes (5 artigos). De notar a utilização de uma fotografia de Boris Johnson para ilustrar uma notícia sobre uma carta enviada ao governo britânico por um grupo paramilitar lealista na qual informa sobre o grupo ter suspenso o seu apoio ao acordo de paz de 1998. Simultaneamente, é relevante apontar que uma notícia acerca da união das Irlandas teve como representação visual uma imagem de Londres.

Através das imagens utilizadas não existe uma particular tendência que possa ser constatada. Porém, é possível notar que, no caso escocês, os jornais portugueses tendem a utilizar imagens representativas do poder central escocês, isto é, de Nicola Sturgeon, primeira-ministra, e Alex Salmond, ex-primeiro-ministro. Nem mesmo durante as eleições, os votantes escoceses surgem apresentados. A vertente institucionalista das peças jornalísticas parece surgir reforçada pelas imagens utilizadas.

Por contraste, no que respeita à Irlanda do Norte, fruto em grande medida dos acontecimentos, isto é, das manifestações de rua, de 30 de março a 10 de abril, o uso das imagens relativas à Irlanda do Norte, inclui irlandeses anónimos. Apenas 8 peças retratam políticos, representantes da Nação da Irlanda do Norte ou do Reino Unido, não obstante os distúrbios de rua são representados de forma quase simbólica, isto é, com recurso a imagens com danos provocados por manifestantes (4), graffiti e posters (6) ou imagem da paisagem divisória entre as Irlandas (5), imagens do passado (categoria *The Troubles*) (2), homenagens (1) e até uma foto de Londres (1). Dada a importância dos acontecimentos ocorridos nas manifestações de rua, não será demais concluir que os irlandeses manifestantes pacíficos não têm lugar nestas representações visuais. A opção por integrar elementos relativos à unidade institucional no Reino Unido está presente, em particular, como já referi à presença do poder central, pela via de Boris Johnson, ou da cidade de Londres. Embora com fraca expressão, pela via dos elementos visuais é possível detetar, uma tendência pró-Reino Unido, em algumas peças.

Concluída a análise qualitativa na sua vertente estatística, é agora oportuno utilizar a análise qualitativa para extrair o máximo de informação possível dos dados recolhidos. Para o fazer, procurei auferir se o conteúdo das peças noticiosas apresentava uma tendência pró-Reino Unido, pró-Escócia, pró-Irlanda do Norte, ou pró-Europa.

Tendo em conta o universo total de análise, a única tendência encontrada nos artigos recolhidos é neutra, ou seja, isto totaliza as 58 peças analisadas. Isto significa que, embora pertencentes a um Estado-Membro da União Europeia, os jornais portugueses mantiveram a sua integridade ao reportar apenas factos de forma imparcial sem qualquer tipo de tendência. Mesmo relativamente ao parâmetro «Tendência Europeísta» os meios de comunicação social portugueses mantiveram a sua postura de imparcialidade, na totalidade dos 10 artigos em que a mesma foi mencionada. Não obstante, é importante notar que, tendo em conta a totalidade dos conteúdos analisados, 238, existiram algumas notícias com uma perspetiva mais positiva para a Europa, embora estas sejam referentes a notícias que não envolvam diretamente os movimentos independentistas. Estes artigos surgiram, essencialmente, durante o mês de dezembro, após a União Europeia e o Reino Unido chegarem a um acordo comercial em que existiu uma pequena tendência para afirmar que foi a União Europeia que saiu a ganhar.

Numa análise mais específica aos dados que mais interessam a este estudo, a perspetiva neutra prolonga-se. Isto significa que os jornalistas portugueses assumiram o mesmo papel que os jornais europeus no estudo já citado, *Interested but not Engaged: How Europe's Media Cover Brexit*, ou seja, procuraram apenas relatar os factos "crus" sem realizar qualquer tipo de interpretação tendenciosa. Nas raras situações (4 artigos) em que é possível notar algum tipo de tendência, esta é num sentido de alerta para os desafios difíceis que o Reino Unido tem pela frente e/ou ao dar uma maior voz a um dos lados. Apenas uma peça jornalística merece menção, trata-se de um artigo sobre um antigo diretor de comunicação do Governo de Tony Blair que dá uma perspetiva negativa sobre as ações do primeiro-ministro britânico. Por outras palavras, dentro da neutralidade do trabalho jornalístico, em determinado sentido, os jornalistas procuraram "refugiar-se" nas palavras de outrem para consolidar um determinado tipo de visão.

Numa análise mais minuciosa é possível ainda notar dois pontos nas peças relativas à Irlanda do Norte: a utilização do termo Derry/Londonderry e uma insuficiente cobertura de ambos os lados da sociedade norte irlandesa. No primeiro ponto, é relevante notar que o nome utilizado para descrever a segunda maior cidade da Irlanda do Norte é, por si só, uma forma de apoio a um dos lados do conflito. Isto significa que ao utilizar o termo Derry está a convocar-se, implicitamente, uma declaração política de apoio a uma união das Irlandas, por outro lado, a utilização do termo Londonderry implica o oposto, ou seja, demonstra apoio à ligação entre a Irlanda do Norte e o Reino Unido. Neste sentido, é de interesse notar que os jornais portugueses procuraram uma maior utilização do termo Londonderry embora Derry também tivesse sido utilizado. Relativamente ao segundo ponto, foi detetado que os jornais fizeram uma cobertura insuficiente no que diz respeito à cobertura de ambos os lados do conflito, ou seja, as peças jornalísticas produzidas optaram por beneficiar um dos lados. Por exemplo, numa reportagem realizada em Belfast foram entrevistadas quatro pessoas sendo que duas eram apoiantes unionistas, outra era neutra e a última católica.

Com o objetivo de perceber se os leitores estavam ou não a ser bem informados acerca do que se passava relativamente aos movimentos independentistas, as peças jornalísticas foram analisadas e comparadas com os artigos de opinião presentes nos jornais analisados. Esperava-se que estes últimos contivessem mais informação explicativa e contextual sobre o que se passava tanto na Escócia como na Irlanda do

Norte. Porém, isso não se confirmou. Em primeiro lugar porque os artigos de opinião foram apenas três ao longo do período de análise. Em segundo porque durante os meses de janeiro, fevereiro e março os artigos de opinião sobre a temática foram inexistentes, aliás, os produzidos durante estes meses limitaram-se a procurar quem saía vitorioso do acordo de comércio anunciado no final de dezembro. Não obstante, encontrei também, artigos de opinião que referiram a conturbada relação que o Reino Unido tem com a União Europeia e, inclusive, foram referidos os motivos que levaram ao Brexit entre eles realçou-se a controversa política partidária britânica. No mesmo sentido, durante o mês de dezembro estes mesmos artigos procuraram analisar os motivos pelos quais era difícil encontrar um acordo económico. Apenas a meio de abril surgiram os artigos de opinião sobre os movimentos independentistas no Reino Unido, principalmente relativamente à Irlanda do Norte. Entre esses artigos encontram-se dois referentes à manifestação que degenerou em violência no final de março, onde é feita uma referência aos muros que dividiram a Europa no século passado: "O Muro de Berlim caiu em 1989, mas ainda existe um muro em Belfast que separa os irlandeses católicos da comunidade britânica protestante²⁸". A destacar ainda o artigo «Brexitlândia» que faz uma visão geral sobre os problemas que o Brexit pode trazer ao Reino Unido não apenas sobre a Irlanda do Norte, mas também a respeito do desejo independentista crescente na Escócia. Em contrapartida, as reportagens, notícias e podcasts partilhados pelos jornais no cibermeio mostraram uma grande abundância de conteúdo contextual relevante tanto a nível histórico, como político e até eleitoral ao informar o leitor sobre como funcionava o sistema político escocês.

Por último, tal como referi atrás, procurei através do jornal britânico *The Guardian* aferir se a cobertura dos jornais de referência portuguesa foi de alguma forma exaustiva e rigorosa. A este respeito, relativamente ao mês de dezembro, a quase nula cobertura dos movimentos independentistas, em Portugal, assemelha-se ao que encontrei na análise que realizei ao *The Guardian*. Neste jornal também não existiram notícias relevantes referentes aos movimentos independentistas. Ainda assim, é de assinalar que o início do caso Salmond, isto é, o reaparecimento, na vida política, do ex-primeiro-ministro escocês, que em 2007, reforçou a votação do partido independentista SNP, esta novidade foi noticiada em dezembro, mas os jornais portugueses não a cobriram. Em vez disso, deram

²⁸ Fonte: <https://www.publico.pt/2021/04/20/opiniao/noticia/fantasma-irlandeses-1959264> Artigo de Opinião do *Público* [visualizada a 25 abril 2021]

destaque às questões relacionadas com a União Europeia, como as negociações do acordo comercial.

Relativamente ao mês de janeiro foram dois os assuntos que mais se destacaram no *The Guardian*: a visita do primeiro-ministro britânico à Escócia; e a tensão que surgiu relativamente ao bloqueio da passagem entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte derivado da falta de vacinas na Europa. As duas temáticas foram abordadas pelos jornais portugueses. Em contrapartida, dois assuntos estiveram ausentes nos jornais da minha amostra; a exploração da questão do regresso à política do ex-ministro escocês Alex Salmond, já atrás referida; as dificuldades na distribuição de produtos na Irlanda do Norte devido ao Brexit. Em fevereiro, o mês mais fraco, em Portugal, a nível noticioso sobre as questões relacionadas com a Irlanda do Norte e a Escócia, a cobertura destas do *The Guardian* é distinta. Em primeiro lugar, continuaram a surgir informações sobre o caso Salmond, e, mais importante, surgem várias notícias que se referem ao movimento independentista: sobre o crescimento do apoio à causa independentista no País de Gales; a criação de um comité ligado ao governo britânico para discussão das questões independentistas; e a escalada de tensão na Irlanda do Norte com ameaças aos funcionários encarregues de controlar as mercadorias que entram nesta Nação provenientes de Inglaterra. Estes assuntos não tiveram a cobertura nos jornais de referência analisados. Em março, os jornais portugueses cobrem, finalmente, o que se passava na Escócia, o caso Salmond surge pela primeira vez. Simultaneamente, começam também a ser referidos os problemas na Irlanda do Norte. De salientar que este foi o primeiro mês em que o jornal britânico e os jornais portugueses fizeram a mesma cobertura dos acontecimentos, em parte devido ao destaque dado ao facto de o lugar da primeira-ministra escocesa estar em risco. Abril foi o mês que viu uma maior produção de peças jornalísticas nos jornais portugueses e no britânico, principalmente devido aos confrontos que surgiram em Belfast, a partir de dia 30 de março. Num primeiro momento, tal como referido anteriormente, logo no dia 3 de abril foi elaborada a primeira notícia para o jornal *Expresso* sobre os confrontos, embora esta tenha sido produzido por agência. Seguiu-se o *Público*, no dia 5, com um artigo redigido por um jornalista. Após estas, apenas no dia 8 ressurgem, no espaço digital, novas informações sobre o que se passava na Irlanda do Norte. Ao mesmo tempo, no jornal britânico *The Guardian*, tal como foi possível observar anteriormente, as notícias surgiam diariamente, muitas das vezes com vários artigos publicados ao longo do dia. Tal como aconteceu no mês de março, em abril

os jornais nacionais realizaram a mesma cobertura que o homónimo britânico, embora dando uma menor importância às manifestações que aconteciam na Irlanda do Norte. Por último, durante o mês de maio assistiu-se novamente a uma semelhança entre os jornais de ambos os países relativamente às temáticas abordadas. Neste mês as eleições escocesas foram um ponto fulcral na cobertura de todos os jornais. No que divergiram os jornais portugueses analisados do jornal *The Guardian* foi não terem incluído a publicação de um relatório sobre no período do *The Troubles* que dá conta da morte de dez pessoas vítimas do exército britânico.

Para finalizar, é possível concluir que existiram algumas diferenças entre os jornais nacionais e o jornal britânico. Porém, estas não permitem apontar para um desinteresse da parte dos jornais portugueses no tratamento de tão delicada temática, talvez antes se detete alguma dependência na cobertura dada aos movimentos independentistas do foco dado pela imprensa britânica. Outros estudos poderão comprovar esta hipótese aqui levantada.

3.3.5. Considerações Finais

Tendo em conta os dados expostos, a análise realizada aponta para uma imprensa portuguesa que acompanha os restantes países europeus, de acordo com o estudo *Interested but not Engaged: How Europe's Media Cover Brexit*, que aponta a tendência dos jornais europeus de se limitarem a reportar factos no que respeita à cobertura do Brexit. Os jornais nacionais da minha amostra fizeram uma cobertura exaustiva e factual no que se refere às questões do Brexit, como as negociações políticas e económicas com a União Europeia, tendo em conta o número dos conteúdos publicados em dezembro. Relativamente à temática que esta dissertação procurou estudar, os movimentos independentistas do Reino Unido, é possível concluir que os jornais portugueses também preferiram noticiar factos sem aprofundarem, com conteúdo original e diversificado, o que se passava nas ilhas britânicas. A opinião, o comentário ou o depoimento original tendeu a estar ausente. Ao longo dos meses sobre os quais esta análise assentou, os jornais nacionais não mostraram preocupação, nem interesse, em acompanhar de forma autónoma os movimentos independentistas, no Reino Unido. O único jornal que procurou realizar uma melhor cobertura foi o *Público*, que demonstrou interesse ao produzir uma

quantidade mais elevada de notícias desenvolvidas sobre o que se passava na Irlanda do Norte, destacando na redação jornalistas para tratar o assunto. Não obstante, o interesse principal destes jornais nunca foi explicar o que se passava nas distintas comunidades, isto é, não se optou por um jornalismo mais documentado, nem se recorreu a reportagens, entrevistas à população, ou organizações, de diferente cariz, por exemplo, cultural ou social. Em vez disso, as peças produzidas limitaram-se a expor o que se passava a nível institucional, ou seja, no caso escocês a principal protagonista foi a primeira-ministra, Nicola Sturgeon, enquanto na Irlanda do Norte o protagonista foi o governo britânico e a primeira-ministra demissionária, Arlene Foster.

É ainda importante ter em conta que, embora o destaque dado aos movimentos independentistas tenha sido pouco aprofundado durante o período analisado, ao longo do mesmo, esta problemática foi sendo acompanhada e referida esporadicamente em pequenos parágrafos nas peças cuja temática principal não eram os movimentos independentistas. Um dado também a ressaltar é que durante o mês de dezembro surgiram algumas notícias relativas a tweets de Nicola Sturgeon acerca do desejo de independência na Escócia. Porém, e uma vez que o foco central deste estudo esteve nos meses seguintes, essas peças jornalísticas não foram incluídas na análise.

Podemos adiantar que a cobertura jornalística dos movimentos independentistas, no Reino Unido, dos três jornais de referência analisados, foi cautelosa e diminuta. A cautela parece ficar demonstrada pelo atraso feito pelos jornais de referência portugueses ao reaparecimento, na vida política, de Alex Salmond, ex-primeiro-ministro escocês, figura histórica na afirmação do movimento independentista, assunto que já vinha a ser mencionado desde dezembro no jornal *The Guardian*. A cautela parece também demonstrada na cobertura das manifestações que ocorreram na Irlanda do Norte, como referimos. A primeira notícia sobre o que se passava na manifestação violenta que aconteceu na Irlanda do Norte apenas surgiu no dia 3 de abril no *Expresso* e foi produzida pela Lusa. No entanto, a tensão e o início das manifestações começaram a 30 de março. Este dado poderia não ter relevo tendo em conta que essa é também a data em que surgiu a primeira notícia no jornal *The Guardian*, no entanto revela um excessivo alinhamento com a imprensa londrina. Considera-se que a cobertura jornalística feita pelos jornais portugueses foi cautelosa, também, porque conhecendo os contornos da situação na Irlanda do Norte era espectável que a saída do Reino Unido pudesse fazer escalar uma

tensão que durante mais de duas décadas esteve adormecida. Não obstante, os jornais nacionais apenas deram atenção ao que se passava a norte da ilha irlandesa quando a situação explodiu. Foi ainda uma cobertura diminuta devido ao pouco conteúdo publicado acerca dos propósitos e âmbito dos movimentos independentistas.

No caso da Escócia, a cobertura eleitoral deteve-se predominantemente ao conteúdo institucional, não sendo aprofundado o movimento independentista dessa Nação. Ao mesmo tempo, nas peças produzidas sobre a Escócia, o protagonismo sempre foi dado à primeira-ministra, Nicola Sturgeon, numa clara centralização de toda a política escocesa nesta figura. Isto significa que a oposição política, excetuando o ex-primeiro-ministro, Alex Salmond, nunca foi representada nos conteúdos produzidos.

Seguidamente, considerando a questão sobre se existiu ou não investimento por parte dos jornais nacionais em cobrir o que se passava na ilha britânica a resposta é que houve um investimento relativo. Isto é, o assunto foi tratado tendencialmente por jornalistas da redação, encontrei apenas duas reportagens, produzidas pelo Expresso, num universo de 58 artigos, uma realizada em Belfast, durante a manifestação (publicada dia 17 de abril) e, outra, em Edimburgo no período eleitoral. Além destas exceções, como já referi, não houve grande desenvolvimento do enquadramento social e político do tema. A dependência das agências, principalmente da agência portuguesa, Lusa, comprova este relativo investimento jornalístico. Tendo em conta os dados que foram analisados relativamente ao género jornalístico e à autoria das peças jornalísticas foi possível observar que uma grande parte delas foi elaborada por jornalistas, principalmente no *Público*. Já o *Diário de Notícias* destacou-se pela maior dependência relativamente às agências noticiosas, um dado já esperado e que foi confirmado.

Uma segunda conclusão que alinha a imprensa portuguesa analisada com a imprensa europeia, segundo o estudo *Interested but not Engaged: How Europe's Media Cover Brexit*, aponta para um jornalismo que procura a imparcialidade na cobertura. Não obstante, esta abstenção na temática poderá favorecer as instituições vigentes, e o lado unionista, pela quase ausência de vozes em discurso direto dos movimentos independentistas.

Nesse sentido, existiram situações esporádicas onde prevaleceu uma maior tendência em mostrar o lado unionista da questão referente aos movimentos

independentistas na Irlanda do Norte. Entre essas situações encontra-se a utilização do termo Londonderry, no título de uma notícia desenvolvida, onde, a propósito da biografia de Arlene Foster se refere com vigor os atentados realizados pela franja independentista da sociedade. Refira-se ainda a reportagem em Belfast onde foi dada uma maior relevância aos entrevistados unionistas. Porém, a mesma conclusão não pode ser tirada relativamente à cobertura dos movimentos independentistas na Escócia. Na cobertura de assuntos desta Nação, tal como já foi referido, existiu uma maior tendência em mostrar o lado escocês ao utilizar protagonistas escoceses. Dentro deste ponto cabe ainda referir o uso de meios visuais que, tal como referido anteriormente, tenderam a destacar os atores institucionais.

Para finalizar, é possível concluir que os jornais portugueses analisados fizeram uma cobertura factual, atenta e cautelosa sobre os movimentos independentistas, no entanto sem grande investimento no aprofundamento da temática.

Conclusão

A elaboração da presente dissertação pretendeu dar resposta à seguinte pergunta de partida: «como foi feita a cobertura noticiosa das questões independentistas da Irlanda do Norte e da Escócia pela imprensa portuguesa no período após o Brexit?». Pude concluir que os movimentos independentistas, tanto da Escócia como da Irlanda do Norte, ao longo dos meses analisados, tiveram uma cobertura essencialmente factual, atenta e cautelosa, sem grande investimento no aprofundamento da temática. Num total de 238 peças jornalísticas analisadas, em três jornais de referência, *Público* online, *Expresso* online, *Diário de Notícias* online, constatei que mais de metade foram elaboradas durante o mês de dezembro, período temporal que me interessou apenas como termo de comparação. Recenseei somente 58 peças jornalísticas cujo tema central foram os movimentos independentistas, ou seja, foi possível verificar que, para os jornais portugueses, este assunto não se constituiu, ao longo dos quatro meses e dez dias analisados, com valor noticiável, embora, após a vitória do Sim ao Brexit, estes terem ganho atualidade política, como referi.

Como resultado da análise, este estudo conclui que os jornais portugueses não deram o devido destaque a um assunto que implica uma Nação de Elite, como a Grã-Bretanha, no qual os valores-notícia como a continuidade, a relevância e a proximidade sustentariam uma cobertura mais aprofundada. Ao longo dos meses analisados, os jornais nacionais realizaram uma cobertura cautelosa, por tenderem privilegiar os atores institucionais e cobrirem alguns factos com atraso temporal, e diminuta, devido ao pequeno e pouco aprofundado número de artigos produzidos sobre o tema. A cobertura do tema dependeu, em grande medida, das peças jornalísticas produzidas pela agência Lusa, suscitando apenas a presença de jornalistas pelo *Expresso*, durante as manifestações violentas que ocorreram na Irlanda do Norte, entre a comunidade protestante e a comunidade católica, e em Edimburgo, durante a campanha eleitoral na Escócia. Por outro lado, a cobertura da imprensa analisada tendeu a seguir alinhada com o jornal *The Guardian*, não se destacando pelo enfoque ou diversificação de vozes apresentadas pelo jornal londrino.

É possível colocar algumas questões, que ficarão em aberto, sobre a cobertura dos jornais portugueses aos movimentos independentistas. Para isso lembro que entre os valores de seleção de notícias numa redação devem constar, segundo Wolf critérios

contextuais e a cultura jornalística. É, pois, provável que a cobertura jornalística dos movimentos independentistas possa ter sido condicionada por fatores contextuais, como por exemplo a falta de disponibilidade financeira das empresas jornalísticas para cobrir as despesas no envio de jornalistas para o terreno, ou o pouco incentivo resultante de uma perceção partilhada de que os jornais concorrentes não cobririam aprofundadamente o assunto. Por outro lado, reconhecendo que os movimentos independentistas são um assunto controverso, é possível ainda considerar a possibilidade desta cobertura cautelosa, presa a factos, se adequar à cultura jornalística dos jornais de referência, marcada, provavelmente, pelo cultivo da moderação, visível na valorização de uma abordagem institucional, pouco recetiva a consagrar movimentos independentistas. Por último, é importante ainda integrar critérios substantivos, isto é a possibilidade de outros assuntos se terem sobreposto, e destaco a crise de saúde pública que atravessou a sociedade portuguesa, a pandemia de Covid-19, em fevereiro, março e abril. O facto de nenhum jornal se ter diferenciado substancialmente no tratamento dos movimentos independentistas, permite colocar ênfase na importância que os critérios contextuais e a cultura jornalística parecem assumir no tratamento desta temática. No entanto, o aprofundamento destes fatores deverá ser objeto de investigações mais aprofundadas. Através da análise realizada foi possível observar que a imparcialidade esteve sempre presente nos acontecimentos apresentados nas peças jornalísticas através do recurso a factos sem qualquer tipo de interpretação tendenciosa.

Bibliografia

- Archick, K. (2019). *Northern Ireland: Current Issues and Ongoing Challenges in the Peace Process*. Congressional Research Service.
- Bártolo, F. (2019). *A cobertura noticiosa das Eleições Europeias 2019 no Jornal da Noite da SIC*. Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa. Obtido em 07 de dezembro de 2020, de <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/11284/1/FLAVIO%20BARTOLO%20relatorio%20mestrado%20FINAL.pdf>
- Bastos, H. (2015). *Origens e Evolução do Ciberjornalismo em Portugal: Os Primeiros Vinte Anos (1995-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- BBC History. (01 de fevereiro de 2007). *BBC*. Obtido em 2021 de março de 2021, de Northern Ireland: The Troubles: https://www.bbc.co.uk/history/recent/troubles/the_troubles_article_01.shtml
- Biagi, M. G. (2017). Brexit, the SNP and independence. Em R. G. Gerry Hassan, *Scotland, the UK and Brexit: A guide to the future* (pp. 122-145). Glasgow: Luath Press Limited.
- Bongardt, A., & Torres, F. (2017). *Brexit. Uma questão de racionalidade política*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Borchardt, A., Simon, F., & Bironzo, D. (2018). *Interested but not Engaged: How Europe's Media Cover Brexit*. Reuters Institute for the Study of Journalism . Obtido em dezembro de 2020, de <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2018-06/How%20Europe%27s%20Media%20Cover%20Brexit.pdf>
- Cardoso, G., Baldi, V., Couraceiro, P., Paisana, M., Pais, P. C., & Quintanilha, T. (2020). *Agências de Notícias em Reconversão: Novas agências para novas oportunidades*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Cardoso, G., Mendonça, S., Quintanilha, T., & Palsana, M. (2016). *O Jornalismo e as Agências de Notícias*. Lisboa: Observatório da Comunicação.
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação*. Covilhã: Labcom Books.
- Correia, F. (1977). Capítulo V - Os valores-notícia e a prática jornalística. Em F. Correia, *Os Jornalistas e as Notícias* (2ª ed., pp. 137-170). Lisboa: Caminho.
- Darby, J. (1995). *'Conflict in Northern Ireland: A Background Essay' by John Darby*. Obtido em 21 de março de 2021, de CAIN Archive - Conflict and Politics in Northern Ireland: <https://cain.ulster.ac.uk/othelem/facets.htm#chap2>
- Dorney, J. (2011 de dezembro de 2011). *Today in Irish History, the Anglo-Irish Treaty is Signed, 6 December 1921*. Obtido em 24 de março de 2021, de The Irish Story: <https://www.theirishstory.com/2011/12/06/today-in-irish-history-6-december-1921-the-anglo-irish-treaty-is-signed/#.VOD9c-asXT0>

- Dorney, J. (9 de fevereiro de 2015). *The Northern Ireland Conflict 1968-1998 – An Overview*. Obtido em 21 de março de 2021, de The Irish Story: <https://www.theirishstory.com/2015/02/09/the-northern-ireland-conflict-1968-1998-an-overview/>
- Dorney, J. (3 de dezembro de 2018). *Revisiting the Northern Ireland Civil Rights Movement: 1968-69*. Obtido em 24 de março de 2021, de The Irish Story: <https://www.theirishstory.com/2018/12/03/revisiting-the-northern-ireland-civil-rights-movement-1968-69/>
- Dorney, J. (12 de setembro de 2019). *The Making of the Irish Border, 1912-1925, a Short Story*. Obtido em 23 de março de 2021, de The Irish Story: <https://www.theirishstory.com/2019/09/12/the-making-of-the-irish-border-1912-1925-a-short-history/>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 4(43), pp. 51-58.
- Entman, R., Matthes, J., & Pellicano, L. (2009). Nature, Sources, and Effects. Em T. H. Karin Wahl-Jorgensen, *The Handbook of Journalism Studies* (pp. 175-190). Nova Iorque: Routledge.
- Fangueiro, B. (2018). *Jornalismo de agência na atualidade: Reflexões de um estágio na Agência Lusa*. Relatório de Estágio, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra. Obtido em janeiro de 2020
- Fernandes, J. P. (2019). A hora do tudo ou nada no Brexit. Em J. P. Fernandes, *Geopolítica em Tempo de Paz e Guerra* (pp. 87- 91). Coimbra: Almedina.
- Ferreira, J. (2019). *A atualidade pelo serviço público de televisão: análise da cobertura de notícias internacionais no programa 360º da RTP3*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Goffman, E. (1974). *Primary Frameworks*. Nova Iorque: Harper & Row.
- J. Sargeant, A. S. (2020). *Implementing Brexit: The Northern Ireland Protocol*. London: Institute for Government.
- Jorge, C. (2013). *A Agência Lusa como fonte na imprensa escrita generalista portuguesa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Obtido em janeiro de 2021
- Keating, M. (1 de abril de 2015). The Scottish Independence Referendum and After. *Revista d'Estudis Autonòmics i Federals*, 2015(21), pp. 73 – 98.
- Keating, M. (2018). Brexit and the Territorial Constitution of the United Kingdom. *Droit et société*(98), pp. 53-69.

- Leeke, M., Sear, C., & Gay, O. (2003). *An Introduction to Devolution in the UK*. Artigo de Investigação 03/84, Parliament and Constitution Centre, House of Commons Library, London.
- Lichon, S. C. (2018). *Scottish Independence in the Age of Brexit*. Ramapo College Honors Program, Ramapo College, Nova Jérсия.
- Machado, L. (2010). *30 Anos de Reportagem na Imprensa Escrita do Porto: O caso do Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro e O Comércio do Porto (1974/2004)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Mauricio, A. A. (2018). *The Opportunity Window for a New Scottish Referendum standing before the Brexit Aftermath*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Lisboa.
- McCombs, M. E. (1993). The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. *Journal of Communication*, 2(43), pp. 58-67.
- McKenna, F. (Ed.). (Sem Data). *The Anglo-Irish Treaty, 6 December 1921*. Obtido em 23 de março de 2021, de CAIN Archive - Conflict and Politics in Northern Ireland: <https://cain.ulster.ac.uk/issues/politics/docs/ait1921.htm>
- Melaugh, M. (3 de fevereiro de 2006). *Some Frequently Asked Questions Page 2 - The Northern Ireland Conflict*. Obtido em 21 de março de 2021, de CAIN Archive - Conflict and Politics in Northern Ireland: <https://cain.ulster.ac.uk/faq/faq2.htm>
- Mesquita, M. (1994). *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Edições Afrontamento.
- Moreira, T. (2011). *As agências noticiosas como fonte no jornalismo online generalista: Os casos do Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Digital e Portugal Diário*. Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto. Obtido em 24 de janeiro de 2021
- Oliveira, L. T., & Carvalho, A. (dezembro de 2012). O “Framing” na Construção Social de Sentido do Risco e da Incerteza na Ciência. *Revista Comunicando*, 1(1), pp. 188-204.
- O'Neill, D., & Harcup, T. (2009). News Values and Selectivity. Em T. H. Karin Wahl-Jorgensen, *The Handbook of Journalism Studies* (pp. 161-174). Nova Iorque: Routledge.
- Patterson, C. (2007). International News on the Internet: Why more is less. *Ethical Space: The International Journal of Communication Ethics*, 4(1/2), pp. 57-66.
- Pavlik, J. (2001). *Journalism and new media*. Columbia University Press: New York.
- Praça, A. (2013). *As Agências de Notícias e a forma como influenciam o Jornalismo Online Português*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto. Obtido em janeiro de 2021

- Raimundo, A. (dezembro de 2017). Portugal Face ao Brexit: Um europeísmo perseverante, mas sob pressão acrescida. *Relações Internacionais*, pp. 113-127.
- Sargeant, J., Stojanovic, A., Etherington, H., & Kane, J. (2020). *Implementing Brexit The Northern Ireland protocol*. Institute For Government, Londres. Obtido em 19 de janeiro de 2021, de <https://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/implementing-brexit-northern-ireland-protocol.pdf>
- Scheufele, D. A. (março de 1999). Framing as a Theory of Media Effects. *Journal of Communication*, pp. 103-122.
- Shoemaker, P. J. (1996). *Mediating the Message*. New York: Longman Publishers.
- Soares, A. G. (março de 2019). Brexit O referendo de 2016. *Relações Internacionais*, pp. 063-075.
- Solly, M. (30 de janeiro de 2020). *A Not-So-Brief History of Scottish Independence*. Obtido em 30 de março de 2021, de Smithsonian Magazine: <https://www.smithsonianmag.com/history/brief-history-scottish-independence-180973928/>
- Sousa, J. P. (2002). *Porque as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Obtido em 25 de abril de 2021, de Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>
- Tannam, E. (julho de 2016). Brexit and The Future of the United Kingdom. (I. A. Internazionali, Ed.) *IAI Working Papers*(16), pp. 1-17.
- Torrance, D. (2019). *Introduction to Devolution in the UK*. Londres: House of Commons Library.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo: o que é*. Quimera.
- Tuñon, A. (1986). Prensa de elite: huella del pasado, indicio de futuro. Em M. e. Fontcuberta, *El periodismo escrito* (p. 33.152). Barcelona: Mitre.
- Verde, R. (2019). *Brexit. Triunfo do Caos?* Rui Costa Pinto Edições.
- Vieira, T. (2021). *A caminho da "tabloidização"?: uma análise das capas de jornal em dois momentos da pandemia de COVID-19 em Portugal*. Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Vreese, C. H. (janeiro de 2005). News framing: Theory and typology. *Information Design Journal + Document Design*, 13(1), pp. 51-62.
- Wanta, W., & Golan, G. &. (2004). Agenda-Setting and International News: Media Influence on Public Perceptions of Foreign Nations. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 81(2), pp. 364-377.
- Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editora Presença.

Zamin, A. (setembro-dezembro de 2014). Jornalismo de Referência: o conceito por trás da expressão. *Revista Famecos, Midia, Cultura e Tecnologia*, 2(3), 918-943.

Anexos

	Local: Escócia	Local: Irlanda do Norte
Mês: dezembro	Reportagem - 1 ano após as eleições, o que mudou na população do Reino Unido?	Cobertura de agentes ingleses durante os <i>The Troubles</i>
	Início do escândalo com Salmond	Redução de produtos enviados para a Irlanda do Norte
	O Brexit e as pescas	Fronteira no mar irlandês em janeiro
	Tensões no SNP (presumível retorno de Salmond)	Tensão no Reino Unido sobre o plano de mercado interno
	Tensões no Reino Unido sobre o plano de mercado interno	Reportagem numa cidade de fronteira da Irlanda do Norte sobre opinião das pessoas
	Líder dos trabalhistas quer uma nova era de devolução	Reportagem - 1 ano após as eleições, o que mudou na população do Reino Unido?
	Filas Camiões	História de fronteiras na Irlanda
	Acordo de Johnson não prevê a entrada de batata (proveniente da Escócia) no Reino Unido (grande fonte de receita escocesa)	Parlamento Norte Irlandês e SNP contra o Acordo
	Análise: Vai o Brexit levar a um crescimento da causa independente na Escócia?	Economia - abertura de fronteiras comerciais nos primeiros meses de 2021 entre Reino Unido e Irlanda do Norte
	SNP contra acordo	
Mês: janeiro	Brexit pode trazer disrupções	Brexit pode trazer disrupções
	Economia - Pescas	Problemas na distribuição de produtos Irlanda do Norte
	Questão Salmond - pedido para investigação a Sturgeon	Caos nas exportações derivado do Acordo do Brexit
	SNP quer que governo britânico pague as compensações da saída da União Europeia	Partido Trabalhista - Programa de devolução no Reino Unido
	Salmond acusa Sturgeon de enganar parlamento por saber das acusações há mais tempo do que a primeira-ministra afirma	Exportações
	Protestos sobre o tempo e burocracia nas exportações	Vacinas na União Europeia - Ameaça de controlo das fronteiras
	Novo cabeça de lista dos trabalhistas na Irlanda do Norte não quer a independência	Problemas de distribuição entre o Reino Unido e a Irlanda do Norte

	Sturgeon refere que Johnson tem medo da democracia por não querer referendo	
	Independência - Referendo	
	Questão Salmond - Parlamento quer provas	
	Eleições - Independência	
	Independência - Johnson pede o fim desse assunto	
	Visita de Johnson à Escócia em plena pandemia	
	Conservadores vão boicotar um referendo não-oficial	
Mês: fevereiro	Economia - Preço da Independência	Escalada de tensão entre o DUP e Johnson
	Política Interna - Divisões no SNP relativamente a direitos trans e à forma cautelosa como se está a lidar com o processo de independência	Checks na fronteira com o Reino Unido são suspensos devido à insegurança na Irlanda do Norte
	Questão Salmond - Pedido para serem publicadas informações da acusação do ex-primeiro-ministro a Sturgeon	Pedido de Gove para prolongar a transição na Irlanda do Norte para o Reino Unido
	Questão Salmond	Chefe da polícia apela à calma depois do aumento da tensão na Irlanda do Norte
	Primeira-Ministra sob escrutínio devido a acusações de Salmond	União Europeia e Dublin rejeitam pedido do DUP para rasgar protocolo irlandês
	Construção de túnel entre Irlanda do Norte e Escócia	Gove e Johnson aproveitam a ameaça de Von Der Leyen para pedir aumento de 2 anos do período de transição
	Parlamento escocês publica acusações de Salmond	União Europeia quer criar um comité para encontrar soluções aos problemas nas trocas comerciais
	Maior apoio à independência no País de Gales	Gove e Sefcovic reiteram compromisso no acordo da Irlanda do Norte
	Salmond acredita ser necessário um líder forte para ganhar independência	Problemas na Irlanda do Norte por causa do Acordo
	Johnson cria um comité para tratar dos assuntos de independência	Johnson cria um comité para tratar dos assuntos da independência
		Comité mantém compromisso com o acordo apesar dos problemas
		Arlene Foster procura ação legal contra o acordo da Irlanda do Norte

Mês: março	Sturgeon enfrenta pressão para abandonar o cargo no seguimento do caso Salmond. Novas testemunhas consideram que a primeira-ministra enganou o parlamento.	União Europeia vai interpor uma ação legal contra o Reino Unido no caso da Irlanda do Norte
	Primeira-Ministra vai falar sob juramento ao comité parlamentar encarregue de investigar se houve falhas do governo escocês no tratamento das queixas contra Salmond.	Grupo de apoio do Sinn Fein coloca anúncios de apoio a um referendo para unificação da Irlanda nos EUA
	Os problemas da crise Salmond estão a afetar a causa da independência. Pela primeira vez em 22 sondagens o desejo de independência desceu.	Arlene Foster acusa a União Europeia de intransigência no acordo da Irlanda do Norte
	Sturgeon admite que governo agiu mal e cometeu erros no caso Salmond, mas rejeita a ideia que foi criado um plot contra o ex primeiro-ministro.	Johnson afirma que problemas na Irlanda do Norte podem ser resolvidos com boa vontade
	Nova sondagem sugere que uma parte dos escoceses iria votar para permanecer no Reino Unido caso fosse feito um referendo nos próximos tempos.	Grupos paramilitares renunciam o apoio ao Acordo de Sexta-Feira Santa
	Starmer considera que o foco na independência do SNP é a estratégia errada.	Antigo representante do Sinn Fein urge a um cessar-fogo e violência porque as mortes fazem as pessoas virar as costas à causa
	Davidson urge ao voto nos conservadores para parar a independência.	Sinn Fein considera que visita de Johnson à Irlanda do Norte foi uma tentativa de publicidade
	Johnson acusa o SNP de procurar a divisão do Reino Unido quando devia estar focado na pandemia.	União Europeia procura reabrir negociações com o Reino Unido após tensões na Irlanda do Norte
	Gove acusa o SNP de distração por perceguir a independência quando deviam estar unidos para ultrapassar a crise.	
	Comité que investigava as acusações ao governo de Sturgeon considera que esta enganou o parlamento.	
Starmer considera que Sturgeon se deve afastar por ter quebrado o código ministerial caso seja esse o resultado do inquérito.		
A semana de 19 de março é crucial para o futuro de Sturgeon com a		

	entrega prevista dos dois relatórios/inquéritos.	
	Após o relatório independente ilibar a primeira-ministra, esta mostra-se focada nas eleições.	
	Salmond ameaça tomar acções legais contra o governo escocês e pediu um inquérito policial em relação às fugas de informação.	
	Ministros britânicos acusam o governo escocês de passar leis à revelia para tentar ilegalmente controlar e limitar os poderes de Westminster. Desencadeou uma nova batalha constitucional sobre os poderes da Escócia semanas antes das eleições de maio.	
	Salmond lança novo partido focado na independência - Alba	
	Secretário de justiça escocês deixa o SNP para integrar o novo partido Alba	
	Conservador de topo considera novo partido Alba um perigo para a União e que os votantes e partidos deviam reagir depressa.	
	Segundo MP abandona o SNP a favor do Alba	
	A 29 março, Sturgeon lançou a campanha do SNP para as eleições de maio com duras críticas ao novo partido que lhe vai fazer frente - Alba	
Mês: abril	Salmond quer que o seu novo partido seja incluído nos debates televisivos.	No dia 2 de abril começaram os confrontos em Belfast devido ao acordo do Brexit e depois de membros do Sinn Fein saírem sem represálias por terem participado num funeral que não respeitou as leis de confinamento. Foster pediu calma após os confrontos que feriram oito agentes.
	Cabeça dos trabalhistas considera que novo partido de Salmond é apenas para procurar vingança.	Assembleia norte-irlandesa censura membros do Sinn Fein por participarem num funeral durante o lockdown.
	Sturgeon sugere que se existir uma maioria para a independência nas eleições de maio, Westminster não	Na segunda noite de manifestação na Irlanda do Norte foram atiradas bombas de petróleo e três veículos foram queimados. Comandante da

pode ignorar e impedir um novo referendo.	área norte considera que foi um ataque orquestrado à polícia.
No início da campanha marcada pelo covid, Sturgeon falou do seu plano verde para o futuro e reforçou que o governo britânico não pode fazer frente a um referendo.	Terceira noite de ataques na Irlanda do Norte colocou a polícia novamente sob ataque.
Oposição, na qual se incluem os Trabalhistas, consideram repugnante a ação de Westminster de levar a tribunal uma lei passada unanimemente no parlamento escocês.	Quarta noite de ataques na Irlanda do Norte viu um carro ser atado fogo mesmo após pedidos para acabar com a violência.
Um alto funcionário público alertou que a pandemia espalhou a ideia de que o primeiro-ministro britânico fala apenas para Inglaterra o que espalha a ideia de que o reino está dividido.	Ministro da justiça norte irlandês afirma que os confrontos se devem ao descontentamento quanto ao acordo do Brexit. Ainda assim, condenou a violência.
Sturgeon condena decisão do governo britânico de enviar leis aprovadas no parlamento escocês ao Supremo Tribunal	Sexta noite consecutiva de protestos violentos na Irlanda do Norte viu um autocarro ser roubado e atado fogo numa zona de divisão entre unionistas e nacionalistas. Os portões de separação foram fechados e as populações aconselhadas a permanecer em casa.
Partido Verdes mostra-se disponível para conversar com o SNP para uma futura aliança.	Sétima noite de protestos a polícia utiliza canhões de água para dispersar a multidão. Ministra da justiça pede o fim da violência.
Manifesto do SNP defende mudanças e a intenção de um novo referendo à independência na primeira metade do mandato.	Oitava noite de protestos viu mísseis atirados à polícia e carros destruídos com fogo. Uniões paramilitares não estão por trás da violência afirma a polícia.
Os diferentes pedidos dos dois partidos que querem independência (Alba quer uma super maioria e SNP quer uma maioria) pode confundir os eleitores e afastá-los.	Depois de várias noites de conflito que colocaram em causa a lei e ordem na Irlanda do Norte, a ministra da justiça considera que as imagens de crianças a serem incentivadas a cometer ilegalidades é doente.
Reportagem sobre o que pode acontecer nas eleições de 6 de maio na Escócia.	Data de celebração de 23 anos desde o acordo de Belfast com rastilho de confrontos, o chefe de governo da República da Irlanda considera que é necessário evitar que a região regresse ao passado.
Johnson não vai participar na campanha eleitoral pelos	Depois de várias noites de protestos, o lado britânico não está interessado

	conservadores na Escócia para as eleições por medo que isso prejudique a campanha devido ao seu fraco apoio na Nação.	em participar numa convenção para terminar a violência na Irlanda do Norte.
		Um alto funcionário público alertou que a pandemia espalhou a ideia de que o primeiro-ministro britânico fala apenas para Inglaterra o que espalha a ideia de que o reino está dividido.
		Reino Unido e União Europeia perto de um novo acordo para o controlo de produtos na fronteira.
		Residente na Irlanda do Norte viu-lhe recusado um passaporte britânico por ter nacionalidade irlandesa. Para o conseguir deveria provar a sua nacionalidade numa entrevista.
		Frost considera que as conversas com a União Europeia sobre a crise na Irlanda têm sido produtivas.
		Johnson promete lutar para acabar com os controlos fronteiriços entre Reino Unido e Irlanda do Norte
		Bomba encontrada num carro em Derry, polícia desconfia que grupo dissidente do IRA está por trás da tentativa de ataque. Derivado da tentativa de Johnson acabar com o controlo fronteiriço.
		Ministro da defesa afastado depois de críticas à lei que Johnson pretende passar que irá absolver veteranos que participaram no conflito da Irlanda do Norte de ser julgados.
		Arlene Foster demite-se do cargo de primeira-ministra
Mês: maio	Johnson afirma ser irresponsável um referendo à independência na Escócia.	3 de maio aniversário centenário da Irlanda do Norte
	Johnson procura uma reunião com Sturgeon para discutir o futuro da Escócia numa altura que a primeira-ministra continua a defender um referendo.	Políticos de vários partidos da Irlanda do Norte condenam a ideia do Reino Unido passar uma lei que permite veteranos de não ser julgados.
	Resultado das eleições escocesas mostram que o SNP não ganhou uma maioria por um lugar. No entanto, existe uma maioria no parlamento para uma independência através dos 'verdes' e do SNP	Steve Aiken do Partido unionista UUP também se demite da liderança.

		Relatório defende que as 10 pessoas mortas pelo exército britânico no incidente na cidade de Ballymurphy estavam inocentes.
--	--	---

Tabela 2 Conteúdos publicados no jornal britânico The Guardian entre 1 dezembro 2020 e 10 maio 2021